

3. Olhares e representações do passado da pátria

A leitura das três obras que analiso nesta dissertação permite perceber uma seleção de temas, personagens e acontecimentos do passado brasileiro comum aos autores. A simples seleção, entretanto, desses elementos para compor suas narrativas não significa que os autores tenham o mesmo propósito ou obtido o mesmo resultado final. Diferenças e até divergências podem ser percebidas com a leitura apurada dessas obras.

A proposta do presente capítulo é analisar em conjunto os conteúdos das três obras – *Pátria Brasileira, Minha Terra e Minha Gente* e *Nossa Pátria* – destacando os elementos em comum entre elas e, dentro da abordagem de cada tema, personagem ou acontecimentos, salientar não só as semelhanças, mas também as divergências de concepções sobre tais elementos. No horizonte deste capítulo temos como ponto de chegada refletir sobre a forma pela qual tais semelhanças e divergências em disputa configuram uma cultura histórica no período.

3.1. O Brasil gigante por natureza.

Uma das fontes utilizadas pelos autores estudados para escrever a história da pátria brasileira foi a famosa carta de Pero Vaz de Caminha, escrita em 1500 ao Rei português D. Emanuel na ocasião da chegada dos portugueses à América. Um trecho específico da carta é citado diretamente nas obras *A Pátria Brasileira* e *Minha Terra e Minha Gente*:

Nela [terra] até agora não podemos saber que haja ouro nem prata, nem nenhuma cousa de metal, nem ferro, nem lho vimos; porém, a terra em si é de mui bons ares, assim frios e temperados, como os de entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora assim os achávamos como os de lá: as águas são muitas, findas; em tal maneira é graciosa, que querendo-a aproveitar, dar-se-há nela tudo por bem das águas que tem.¹

Nesse trecho é possível perceber um tema que aparece constantemente nos livros de leitura do início do século XX: a natureza edênica e exuberante como uma das principais riquezas da pátria. A natureza aparece como um dos motivos

¹ “Carta de Pero Vaz de Caminha a EL-Rei D. Emanuel, 1º DE Maio de 1500” In.: MONI, Ricardo Caselli. Carta ao Rei D. Manuel. Rio de Janeiro: Maio Gráfica Editora e Comercio, 2000.

pelos quais os jovens da Primeira República deveriam se orgulhar de ser brasileiros, ou como é dito das palavras de Afonso Celso,² motivo para se “ufanarem” de seu país.

No que diz respeito à valorização das riquezas naturais do Brasil, a obra de Afonso Celso, *Porque me ufano de meu país* publicada em 1900, pode ser considerada uma das primeiras a trazer o tema de forma tão contundente às crianças e sem dúvida serviu como base ou modelo para os livros de leitura que viriam em seguida. Embora Afonso Celso tenha trago essa temática para os livros de leitura ele não pode ser considerado como o pioneiro nesse tema. A valorização e a construção da ideia de uma natureza edênica no Brasil começou a ser construída ainda na carta de Pero Vaz de Caminha e passa por um longo percurso de quatro séculos até chegar aos livros de leitura.

José Murilo de Carvalho em artigo³ defende que o imaginário de uma natureza edênica foi constante em relatos de viajantes, cronistas e literatos durante todo o período colonial e imperial do Brasil. Entretanto, essa concepção sobre a natureza era restrita aos círculos letrados e a principal importância da obra de Afonso Celso foi a difusão dessa concepção para um público mais amplo. Por mais que a obra de *Porque me ufano de meu país* tenha sido editada, reeditada e utilizada nas escolas primárias durante muitos anos do século XX, não é possível afirmar que ela sozinha construiu esse imaginário a respeito da natureza brasileira. Acredito que o maior mérito dessa obra foi ter inserido tal temática nos livros voltados para infância no início do século.

Mas afinal, o que os autores dos livros de leitura analisados têm a dizer sobre essa natureza supostamente exuberante? Todos exaltam a natureza da mesma forma? Há algum propósito em exaltá-la? Qual a relação entre esse tema e a formação de uma cultura histórica?

Dos autores trabalhados o que dá menor atenção a suposta grandiosidade da natureza é Rocha Pombo. Em sua obra foi possível localizar a valorização da natureza apenas uma vez, mas o suficiente para ocupar o capítulo XIX inteiro.

² Afonso Celso escreveu a obra *Porque me ufano de meu país* em 1900 na ocasião da comemoração do quarto centenário de chegada dos portugueses na América. A obra é direcionada à juventude brasileira, nela o autor lista os motivos pelos quais as crianças deveriam se orgulhar de viverem no Brasil. Dos onze motivos de superioridade do Brasil os cinco primeiros referem-se as grandezas naturais do país.

³ CARVALHO, José Murilo de. “O motivo edênico no imaginário social brasileiro”. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 13, nº38, out/dez 1998.

Importante destacar o momento da obra *Nossa Pátria* em que a exaltação da natureza aparece. Na narrativa construída pelo autor a natureza só torna-se tema após já ser tratada a ocupação inicial do território, ter apresentado o modo de vida dos primeiros colonos nas vilas e nos sítios. O mais interessante a respeito da localização desse capítulo na obra é que ele antecede o início da narrativa a respeito da cobiça estrangeira sobre as terras que pertenciam a Portugal. Ou seja, um sentido dado pelo autor na narrativa ao apresentar as riquezas naturais do país é mostrar os motivos pelos quais o Brasil foi atacado por “piratas” ingleses, franceses e holandeses. A narrativa se constitui aqui num sentido de causa-consequência e as riquezas da natureza são apresentadas como causa das invasões estrangeiras.

Mas o que o Brasil teria, segundo Rocha Pombo, para ser tão cobiçado por gente desses países? O autor começa o capítulo dando as dimensões territoriais, em seguida ele destaca a grandeza dos rios e das florestas. Ao tratar do clima ele menciona dois: um temperado no sul e outro um pouco mais quente no norte. Em seguida destaca que nessas terras não há vulcão, nem nunca se sentiu terremoto. Assim: “A natureza era de uma força maravilhosa.” E prosseguia no parágrafo seguinte: “No reino vegetal, as riquezas de todos os gêneros, em plantas medicinais e em árvores de fruta, causavam pasmo.”⁴ Nesses trechos é possível perceber a valorização da natureza que existe para servir ao homem. Sua riqueza é tamanha que deixa os observadores maravilhados. Na descrição seguinte da natureza o autor destaca que a fauna não é rica em feras e todos os animais domésticos que podem servir ao homem como galinhas, bois, porcos e cavalos se adaptaram facilmente ao clima local. Além disso, havia abundância de animais de caça e peixes.

Nos parágrafos finais do capítulo ele insere a ação humana diante de tanta fartura:

(...) os primeiros colonos quase que só se alimentavam de peixes e caças, como os índios.

Os colonos, muito satisfeitos, iam trabalhando e enriquecendo-se numa terra assim, que lhes dava tudo com fartura.

Mas, com o tempo, muitos deles descobriram meios ainda mais fáceis de fazer fortuna: foram as minas de ouro, de diamantes e outras pedras preciosas.⁵

⁴ POMBO, Rocha. P. 55.

⁵ Idem. p. 57.

Esse destaque dado à fartura da natureza mostra que a vida nas terras do Brasil se torna mais fácil para as necessidades básicas e também para se fazer fortuna. É essa facilidade de fazer fortuna que atrairia os estrangeiros para ocuparem as terras. O autor termina o capítulo argumentando que a descoberta do ouro no Brasil surpreendeu toda a Europa. Com isso ele adianta um dos temas da narrativa cronológica que ele coloca na história do Brasil, já que a descoberta do ouro será um tema tratado somente nos capítulos seguintes ao da ocupação e expulsão dos estrangeiros do território.

Da leitura deste capítulo de *Nossa Pátria* podemos perceber que os elementos básicos de ostentação da natureza presentes na obra de Rocha Pombo são: ausência de calamidades e animais perigosos; clima favorável; fertilidade da terra; abundância de alimentos e metais preciosos. Importante destacar que a apresentação dessas qualidades da natureza brasileira não são utilizadas apenas para a exaltação de uma qualidade do país ou cativar o sentimento de orgulho nos jovens, mas para dar um sentido à sua narrativa histórica – motivo pelo qual os estrangeiros se interessariam pela terra.

Vejamos agora como os autores de *A Pátria Brasileira* pensaram a questão da natureza. Importante lembrar que essa obra teria sido entregue ao editor em 1894, ou seja, antes de Afonso Celso publicar *Porque me ufano de meu país*, obra mais conhecida de exaltação das riquezas naturais do Brasil. É plausível afirmar que Afonso Celso não teve contato com a obra da dupla Coelho Netto e Olavo Bilac, por outro lado, não dá para saber em que medida a publicação de 1909 não sofreu alterações pelos autores desde o momento em que foi entregue ao editor. Nesse sentido, é muito mais provável que Coelho Netto e Olavo Bilac tenham entrado em contato com a obra de Afonso Celso antes da publicação de *A Pátria Brasileira*. Essa relação é importante, pois, das três obras analisadas, ela é a que faz o maior número de exaltações à natureza brasileira, com um discurso mais próximo ao ufanismo de Afonso Celso.

A exaltação da natureza aparece em pelo menos cinco momentos diferentes da obra de Bilac e Netto. A primeira exaltação à natureza é feita no momento em os autores narram a chegada dos portugueses no Brasil:

Decidindo-se a explorar a terra que se alongava para o Norte, Cabral, no dia seguinte, velejou em demanda de uma angra onde ancorasse e se abastecesse de água, encontrando, dez léguas ao Norte, tão própria enseada que lhe deu o nome significativo de Porto Seguro.

E assim, por um acidente feliz, foi encontrado sobre os mares o continente verde de nossa pátria.

O solo fertilíssimo, forrado de ervas balsâmicas que despontam em flores, esconde no seu seio tesouros incontáveis que só esperam o esforço do homem para vir ao lume da terra.

Rios caudalosos cruzam-no fertilizando-o, e são outras tantas estradas por onde vão, de um extremo ao outro do país, as barcas de comunicação. Cachoeiras precipitam-se de alturas prodigiosas com estupendo fragor, e, alvas espumantes, extasiam os que de perto as contemplam; córregos defluem com suaves murmúrios e as suas águas brandas e laboriosas vão movendo engenhos e turbinas, até que se derramam nos estuários cantando. O arvoredor, sobre ser belo, é frondoso e forte; touca-se de flores que se transformam em fruto; a sua lenha, rija muitas vezes a ponto de embotar o machado do lenhador, vai ao estaleiro e a oficina, resiste à ação corrosiva das águas e ao tempo; faz-se nau e segue em derrota pelo mundo, levando desfraldado o pavilhão da pátria, armada e pronta para defender a terra de onde foi tirada; é palácio e é cabana, é a lenha que nos dá lume, é o arrimo final e o cofre do nosso despojo, quando à terra tornamos; nas mãos hábeis do artífice dá o leito do natal e o da morte, dá a mesa em torno da qual a família se reúne, e dá o cofre precioso e trescalante onde se conservam preciosamente as joias; dá o aroma e a tinta; é a sombra amena nos campos e nos montes; é a alegria nas praças; e a alterosa folhagem da sua copa purifica o ar viciado, e as suas formidáveis raízes, estiradas em cordoalhas, absorvem a humidade maléfica do solo.

Freme o jaguar nas brenhas, o tapir assobia, as grandes cobras silvam enroscadas nos troncos ou de rastro pelas ervas; nos campos, os veadinhos meigos saltam e iraras correm. À beira dos rios, abundantes em pescado, arrastam-se répteis; e garças brancas pousam contemplativas, e tantas, que de longe parece à gente que um lençol se estende à beira das águas.

Das grotas e das luras saem ariscamente as pacas e cotias, e pelos ramos chalam, gazilam aves de deslumbrante plumagem, sob um céu de puríssimo azul, que um sol vívido alumia ou as constelações estrelam.⁶

O primeiro ponto a chamar a atenção desse trecho retirado do capítulo “O descobrimento do Brasil” é o meio pelo qual os autores inserem a temática da natureza. Após apresentarem a chegada dos portugueses na América como um acidente os autores começam a descrever a terra encontrada por Cabral. Eles interrompem o ritmo da narrativa história para fazer uma sequência de elogios à natureza do Brasil.

A primeira caracterização que eles fazem das terras recém descobertas são: “verde continente de nossa pátria.” Ou seja, o verde das matas é um dos principais caracteres do continente onde se localiza a pátria. O termo continente usado pelos autores permite a interpretação de que a pátria é tão grande que possui dimensões continentais.

⁶ BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. P. 18-20

No parágrafo seguinte os autores destacam a fertilidade da terra e afirmam que essa natureza, virgem ou pouco explorada, guarda tesouros incalculáveis a espera da ação do homem para tornar a pátria gloriosa. No parágrafo seguinte os autores descrevem toda a flora e mais uma vez destacam o quanto essa natureza prodigiosa pode servir ao homem. Da flora os autores vão para a fauna, não descartam a existência de animais “ferozes e peçonhentos”, mas terminam destacando a abundância de animais de caça e peixes.

Para finalizar a descrição dessa natureza edênica e virgem, provavelmente encontrada pelos navegantes portugueses, os autores descrevem o azul do céu que é iluminado pelo sol e pelas estrelas. Após essa descrição exaltando as qualidades da natureza os autores encerram o capítulo dando a seguinte lição de civismo aos leitores:

Para completa prosperidade de uma terra tão prodigamente aquinhoadada, basta que ao seu viço correspondam o esforço e o amor do homem; e, agora que, consciente da grandeza da pátria que possui, o brasileiro se lhe dedica com todo o interesse, o mundo volta os olhos pasmado para esta região de magnificências, invejando-a, e já a procuram os desfavorecidos para viver, acolhidos à sombra das suas árvores, em comunhão pacífica laboriosa, gozando a paz e preparando a abundância.⁷

A lição possível de ser tirada a partir do conhecimento de tal natureza exuberante é que ela deve ser bem trabalhada e aproveitada pelos homens da pátria para retirarem dela o melhor que ela tem a oferecê-los. As crianças leitoras dessa obra devem aprender que não adianta penas se orgulhar da grandeza de seu país pela natureza, mas devem completar tal prosperidade com o seu trabalho e esforço.

Para finalizar a lição sobre a terra os autores acabam por abrir caminho para discutir um tema contemporâneo a eles: a entrada de imigrantes no Brasil. Eles reconhecem em certa medida que o conhecimento da grandeza da pátria se deu com o tempo e não foi restrito aos brasileiros, encheu os olhos de outros povos do mundo. É a fertilidade da terra, a abundância de recursos da fauna e da flora que atrai a entrada de homens menos favorecidos de outros países para o Brasil. Esses homens viriam para pátria com o intuito de trabalhar e preparar a abundância em comunhão com os brasileiros.

Os pontos tratados nessa primeira apresentação da natureza são reforçados no decorrer da obra. Ao tratar das capitanias hereditárias os autores fazem a

⁷Idem. p. 20.

apresentação de alguns desses donatários e o processo de ocupação do território por eles. O responsável pela capitania que deu origem ao atual Estado do Espírito Santo foi Vasco Fernandes Coutinho, ao tratar de tal capitania a dupla de autores não poupa esforços para descrever a natureza local e elogiá-la:

Neste ponto, a costa abre-se em baías magníficas, em golfos e em barras. A mata virgem, aí, como em toda a costa do Atlântico, em lugar da pobreza e da uniformidade da vegetação que há nas matas da Europa, tem uma extraordinária variedade. É raro que se achem duas árvores que se pareçam.⁸

Nesse trecho os autores reforçam a exuberância da natureza nos trópicos e fazem uma distinção dessas com as matas da Europa, marcadas por pouca diversidade e uniformidade. Essa comparação serve de estratégia para que os leitores sintam ainda mais orgulho de viverem nessas terras. A narrativa dos autores prossegue caracterizando as árvores e destacando as suas grandiosidades. No parágrafo seguinte eles reforçam outros pontos: “O clima da capitania de Vasco era excelente; fertilíssimo o solo, abundantemente regado de rios.”⁹

Os rios não eram um privilégio do litoral. Ao narrarem a ocupação do sertão os autores dedicam um capítulo inteiro para tratar dos rios do norte:

Do mais profundo seio dos sertões brasileiros, nascem águas vivas, que engrossam prodigiosamente à medida que correm, e, antes de chegar à costa, já tem o volume e a extensão de grandes oceanos. São os imensos rios do Norte, - massas formidáveis de água, das quais as mais importantes veem desaguar no Atlântico pelas duas desmedidas bocas do Amazonas e do Tocantins.¹⁰

Nesse trecho é possível perceber a abundância de rios e recursos que deles podem ser retirados. No mesmo capítulos os autores destacam ainda a importância desses rios pela capacidade de transporte que eles permitem, fazendo a ligação do litoral com o sertão.

Alguns capítulos adiante, ao tratar das expedições científicas do período joanino, os autores mais uma vez aproveitam para exaltar a natureza:

(...) encarregada de estudar a flora, a fauna, os minerais deste país – tão rico, tão interessante, tão capaz, com certeza, de fornecer com a sua assombrosa natureza contingentes consideráveis ao estudo das ciências naturais, mas tão desconhecidos, então, sob o ponto de vista científico, como na era do seu descobrimentos.¹¹

⁸ Idem. p. 62.

⁹ Idem. p. 62.

¹⁰ Idem. p. 188.

¹¹ Idem. p. 212.

Nessa parte do texto os autores argumentam que a riqueza das terras brasileiras vai além do sustento do homem, elas podem servir também para os estudos das ciências naturais.

Os elementos que aparecem na descrição edênica da natureza na obra de Coelho Netto e Olavo Bilac não são muito distintos daqueles que aparecem na obra do Rocha Pombo, nesse aspecto é possível definir um compartilhamento entre os autores a respeito do que deveria ser exaltado ou destacado da natureza: clima favorável, flora e fauna abundantes e diversificadas, terras férteis e abundância de rios. Os mesmos elementos aparecem na obra de Afonso Celso em 1900. Assim, podemos identificar um conjunto de elementos em comum que esses autores entendiam como características da natureza do Brasil. Ao se proporem despertar o sentimento patriótico através da exaltação da natureza os autores acabam por contribuir para a construção da ideia de existir uma natureza edênica.

A diferença entre as obras *Nossa Pátria* e *A Pátria Brasileira*, no que diz respeito a natureza, é que na segunda os autores fazem uma exaltação muito mais incisiva da natureza e utilizam variados adjetivos que tornam essa natureza algo próximo do fantástico e paradisíaco. Para Olavo Bilac e Coelho Netto a natureza e os elementos que a compõem são: caudalosos, prodigiosos, estupendos, formidáveis, deslumbrantes, próspera, grandiosa, magníficas, extraordinária, imensa, assombrosa. Aqueles que a conhecem acabam ficando extasiados, pasmados e, se não forem brasileiros, invejosos. Rocha Pombo acaba sendo mais econômico nos adjetivos e, conseqüentemente, a natureza descrita em sua obra, embora rica e capaz de gerar abundância aos homens, não se aproxima tanto do paraíso terrestre. É uma natureza mais sóbria que serve para gerar fortuna aos homens e, por conta disso, gera a cobiça dos estrangeiros.

Assim como Rocha Pombo, Afrânio Peixoto foi um pouco mais econômico na exaltação da natureza. Para pensar os propósitos pelos os quais o autor de *Minha Terra e Minha Gente* exalta as grandezas naturais do Brasil é importante entender em quais momentos tal característica aparece em sua obra.

Como foi apresentado no primeiro capítulo desta dissertação a obra de Afrânio Peixoto possui uma organização totalmente distinta das outras duas obras estudadas. Com um tom mais ensaístico *Minha Terra e Minha Gente* é dividida em três partes distintas na seguinte ordem: “As origens”; “A formação Nacional”; “Da emancipação política para a econômica”. Como a primeira parte é dedicada

as tradições heleno-latinas e portuguesas que constituíram o caráter nacional, a exaltação da natureza só aparece na segunda parte da obra, em que trata da formação nacional e para isso faz uma apresentação do passado da pátria.

A primeira apresentação da natureza em sua forma exuberante ocorre quando o autor cita a carta de Pero Vaz de Caminha para descrever a terra recém descoberta pelos portugueses. Antes de fazer a citação direta da carta Peixoto descreve a natureza encontrada pelos portugueses da seguinte forma: “Pensaram que fosse uma ilha; observaram-lhe os ares benignos, as águas correntes, a terra fecunda coberta de florestas, profundas e altas,”.¹² Nesse trecho, sem grande exaltação dos atributos da natureza é possível perceber os primeiros elementos em destaque: terra fecunda e grandiosidade das florestas.

No restante da segunda parte de sua obra, Afrânio Peixoto não fez qualquer outra exaltação ou apresentação dos elementos naturais do Brasil. As qualidades da natureza só voltam a aparecer na terceira parte do livro, no capítulo três - “O Brasil: a terra” - em que é feita uma longa descrição da terra brasileira. Afrânio Peixoto inicia esse capítulo fazendo uma apresentação geral da terra destacando seu relevo, rios e praias. Em seguida ele apresenta os recursos naturais do Brasil:

A natureza não foi parca com o Brasil. Com efeito os minérios abundam, alguns bem ricos: ferro em serranias, quase puro; prata e ouro em minas compensadoras; diamantes, carbonados e pedras raras, em jazidas preciosas; praias extensíssimas e areias monazíticas. Falta-nos, porém, carvão de pedra, ao menos em abundância ou de boa qualidade: o que existe no sul está ainda mal explorado.¹³

Nesse trecho, assim como ocorre com os outros autores, é possível perceber a ideia de abundância ligada aos recursos provenientes da natureza, entretanto, o autor destaca um recurso do qual o Brasil seria carente: carvão de pedra. Por mais abundante que seja a natureza, o autor reconhece que nem todos os recursos são possíveis de serem encontrados. Nesse ponto ele estaria se diferenciando dos outros autores, que não apontaram problema quanto aos recursos existentes na pátria. Há um propósito para Afrânio Peixoto citar justamente a carência desse produto, veremos mais adiante com a continuidade da descrição dos recursos feita pelo autor.

¹² PEIXOTO, Afrânio. Op. Cit. p. 76.

¹³ Idem. p. 197.

Prosseguindo o capítulo o autor trata das quedas d'água e sua potencialidade geradora de energia elétrica. Ao falar dos rios cita ainda a importância de seu uso para o transporte. Em seguida o autor começa a tratar da flora e das potencialidades do solo:

A flora é prodigiosa e até desperdiçada. Num clima húmido e quente, propício a vida, vicejam árvores frondosas, palmeiras esbeltas, lianas e cipós inextricáveis que apertam a intimidade num labirinto de troncos, ramos, folhas, palmas e espinhos, emaranhados, onde se encontram madeiras de lei, todas as espécies, e muitos germes daninhos.

Um sábio inglês, Buckle, chegou a pensar que numa pompa tamanha de natureza, não devia haver lugar para o homem; outro mais prático, Agassiz, calculou que só o vale do Amazonas daria com que nutrir a humanidade inteira.

Sobre solo rico de humos todas as culturas são propícias: umas são silvestres, tais a seringueira e a maniçoba, que dão a borracha e que povoam as matas da Amazônia e do centro do Brasil; ainda a piassaveira e quase o cacaueteiro, que começou a ser plantado. Outros são fáceis: o mesmo cacaueteiro, a cana de açúcar, o algodoeiro, o fumo, o cafeeiro, os cereais, a mandioca, as leguminosas nutritivas. Muitíssimas outras serão implantadas, quando tivermos gente ou podermos aproveitar os dons, que por não nos custarem nada, não sabemos lograr devidamente.¹⁴

Nessa apresentação da flora e da riqueza do solo brasileiro o autor acaba por contribuir com duas ideias corriqueiras quando se pensa a natureza no Brasil: “tudo que se planta dá” e o Brasil teria a potencialidade de ser o “celeiro do mundo”. Ao tratar da produção agrícola o autor chega a sugerir que no futuro outras culturas seriam implantadas, só dependendo de algumas condições específicas para isso.

Em seguida, o autor descreve brevemente a fauna brasileira, destacando, assim como os outros autores, a ausência ou baixa quantidade de animais perigosos e a facilidade com a qual animais “úteis” tem em se adaptar ao clima e as condições naturais. O autor chega a defender que o Brasil teria condições de exportar a produção proveniente da agropecuária.

Após apresentar a flora e a fauna do Brasil o autor segue para uma breve conclusão dessa parte do capítulo defendendo o seguinte argumento:

As indústrias extrativas, agrícolas e pecuária constituem, pois que nos sobram terras fartas e campos gordos, o forte da riqueza do Brasil: ouro, diamantes, cobre e ferro das suas minas, madeiras de lei para construção e marcenaria, das suas florestas; borracha dos seringais infintos da Amazônia; café, fumo, algodão, açúcar, arroz das plantações, por toda a parte, distribuídos segundo as preferências de terreno; charqueadas, carne frigorificada, laticínios, de suas

¹⁴ Idem. p. 198 – 200.

criações; - estaria com que sistematicamente cientificamente explorado, enriquecer o país mais ambicioso...¹⁵

Nesse trecho é possível perceber que, segundo o autor, toda a riqueza do Brasil deve vir da natureza, seja da extração, da agricultura ou da agropecuária. Para Peixoto essa é ou deveria ser a vocação do Brasil. Ele complementa esse argumento no parágrafo seguinte ao tratar da questão industrial do Brasil.

É triste entretanto ver, por um lamentável contrassenso, que desejamos ser o que não somos e não lograremos ser: sem carvão pretendemos virar um país fabril... a custo de uma proteção fictícia de tarifas, que privam ao consumidor de conforto, enriquecem a alguns industriais, e empobrecem ao país, distraído de seus interesses legítimos e naturais.¹⁶

Com essa conclusão Afrânio Peixoto está claramente defendendo a vocação agrária do Brasil e aproveita os seus argumentos a favor da natureza para criticar as propostas do governo de incentivo à industrialização através de tarifas cobradas sobre a importação de produtos estrangeiros. A exaltação da natureza que aparece desde a carta de Pero Vaz de Caminha é usada na obra *Minha Terra e Minha Gente* para construir um argumento a favor da vocação agrária Brasileira. Não é por acaso que o autor destaca um dos únicos recursos que estariam ausentes na natureza brasileira, o carvão, matéria-prima necessária para desenvolver as indústrias. Ou seja, a grandiosidade da natureza assume em Afrânio Peixoto um lugar privilegiado para defender o seu argumento dentro de um debate vivenciado pelos brasileiros na Primeira República: industrializar ou não o Brasil?

Por outro lado ele delimita o papel econômico do Brasil dentro do cenário internacional: ser o celeiro do mundo. Dentro do seu argumento isso não aparece como sendo melhor ou pior do que ser um país industrializado, mas um caminho natural se analisado a vocação brasileira.

A lição que fica para as crianças é de que elas devem se orgulhar de sua pátria pelas qualidades abundantes de sua natureza e trabalhar para que essas qualidades sejam potencializadas. Diferente dos demais autores ele não fica apenas exaltando a natureza e apontando o que deveria ser feito com ela. Afrânio Peixoto faz uso dessa suposta superioridade natural da pátria para construir uma argumentação favorável à vocação agrária do país.

¹⁵ Idem. p. 201-202.

¹⁶ Idem. p. 202.

3.2. A formação do povo: negros, indígenas, portugueses e brasileiros.

Um tema caro aos livros de leitura do início do século é a formação do povo brasileiro. Nas obras em que trabalho os autores se esforçam para caracterizar aquilo que seria o povo, mesmo que na opinião de alguns desses autores, ele ainda fosse algo em formação nas primeiras décadas do século XX. Os acontecimentos como a Proclamação da República e a abolição da escravidão colocavam para os homens das letras novas questões para se pensar esse povo em formação. Para responder a questão sobre a concepção de povo que é construída por esses autores, quais as suas características e como ele é formado, retornamos aos textos, não apenas nos momentos em que os autores caracterizam de forma objetiva o tipo nacional, mas como que ele teria se formado ao longo da história.

Antes de analisar a caracterização e a formação do povo brasileiro é importante pensar uma questão posta por Afrânio Peixoto: haveria ou não um povo brasileiro ou um tipo nacional acabado? Afrânio Peixoto na terceira parte de seu livro, logo após caracterizar a terra, dedica um capítulo inteiro para pensar a gente que vive no Brasil. Logo no segundo parágrafo do capítulo ele deixa claro o caráter de inacabamento do povo. Para ele não há uma raça definida no Brasil e essa definição demoraria séculos para ser feita em função da constante mistura que se operava pela imigração. Por conta disso, ele argumenta que seria difícil profetizar o que o povo brasileiro viria a ser, embora no final do capítulo ele faça uma previsão.¹⁷

Primeiro aspecto importante a se destacar da argumentação de Afrânio Peixoto é que há uma relação direta entre raça e povo, chegando a ser sinônimos. No Brasil, analisa ele, não há uma “raça” específica, ou melhor, essa estaria passando por uma constante reformulação devido as constantes misturas. Porém, o autor argumenta que há um esboço de povo formado pelo somatório das três “raças” – o indígena, o negro e os brancos. Dessa mistura se formaria, no futuro, uma “raça” especificamente brasileira formada por traços positivos e negativos das três “raças” fundamentais. Sendo assim ele faz um exercício de previsão sobre as características do tipo brasileiro:

Serão inteligentes e ávidos, áspers no ganho e desperdiçados na economia, aventureiros e idealistas, como os brancos; serão sentimentais e servís,

¹⁷ Ver. PEIXOTO, Afrânio. Op. Cit. p. 212-213.

derramados em sensualidade e capazes entretanto das provações mais penosas, como os pretos; serão ativos e indolentes, sem saber reagir as condições demoradas de pressão, mas insubmissos, às condições afrontosas, como os brasileiros primitivos [...] ¹⁸

Desse trecho do autor é possível perceber um forte determinismo racial no processo de formação do povo brasileiro. Cada uma das três “raças” contribuiria de forma positiva e negativa para a formação da brasileira. O determinismo seria tão forte que permitiria o autor especular a respeito alguns dos aspectos dos brasileiros no futuro.

No capítulo em que propõe tratar da “gente” que formaria o Brasil, Afrânio Peixoto, após afirmar que no Brasil não haveria uma raça definida e a mistura incessante estaria retardando esse processo, trata separadamente cada uma das três raças que comporiam o povo brasileiro.

A ordem em que ele trata dos três grupos é: “o indígena”, “o negro” e o “os brancos”. Acredito que não seja por acaso que os dois primeiros grupos encontrem-se no singular e o terceiro no plural, isso seria um indicativo de que Afrânio Peixoto entende os primeiros grupos como um todo genérico e os brancos com distinções entre si. Isso é reforçado na própria caracterização que ele faz de cada grupo.

Ao tratar dos indígenas o autor inicia o texto com o argumento de que na ocasião do descobrimento do Brasil, essas terras já eram povoadas por numerosas tribos selvagens. Em seguida ele nomeia algumas dessas tribos e dá a sua localização geográfica. Afrânio Peixoto destaca dois grupos principais, os Tupís, que viriam do sul e os Gés, que seriam do norte. Para esses dois grupos, segundo o autor, haveria uma diversidade de nomenclatura que variava de acordo com a região onde cada grupo habitava. Ele destaca ainda a existência de tribos que não haviam sido estudadas pela etnografia. Assim, é possível perceber que, para Afrânio Peixoto, os indígenas são selvagens e a distinção existente entre eles era algo meramente geográfico e na forma como eram chamados.

No parágrafo seguinte Peixoto apresenta os aspectos físicos dos indígenas, nesse ponto também não há qualquer distinção entre os diferentes grupos. Seguindo o texto o autor trata dos aspectos culturais dos indígenas, ao descrever seus hábitos e costumes a descrição é feita, na maioria das vezes, pela falta: eles

¹⁸ Idem. p. 222.

teriam uma agricultura rudimentar, não possuíam quase nenhuma indústria, não se fixavam a terra e estariam sempre em guerra uns contra os outros. Ou seja, faltava agricultura, indústria, sedentarismo e paz. Em seguida, Peixoto afirma que os indígenas eram dotados de uma pequena mentalidade sem progresso e afirma a partir de uma referência¹⁹ que os indígenas envelhecem sem deixar de ser meninos. Essa argumentação reforça a ideia de que os indígenas não seriam povos civilizados e estariam num estágio permanente de infantilidade.

Na continuação do texto ele segue caracterizando de forma negativa os indígenas: “Eram muitos dados aos prazeres, danças, bebidas fermentadas, orgias, indolentes, incapazes de trabalho regular, desconfiados, traiçoeiros, rebeldes, preferiam a morte ao cativeiro;”²⁰ Em seguida ele defende que as doenças trazidas pelos civilizados, o alcoolismo e as crueldades feitas contra eles, principalmente pelos bandeirantes, acabaram por exterminar a maior parte dos indígenas.

Para encerrar a parte sobre os indígenas o autor trata da diferença e tratamento com as índias, que “se consideravam elevadas pela união com os brancos”. Nessa conclusão o autor defende que as índias davam preferência e se dedicavam ao conquistador branco. Para reforçar esse argumento o autor cita a carta de Pero Vaz de Caminha e o romance *Iracema* de José de Alencar. Essa preferência se dava por uma suposta superioridade do homem branco.

O segundo grupo apresentado por Afrânio Peixoto são os negros. O autor inicia o seu texto a respeito deles explicando os motivos pelos quais os negros foram trazidos da África. A causa primeira foi justamente a rebeldia do indígena, chamado de selvagem pelo autor, que não queria trabalhar na terra. Em seguida, da mesma forma como ele procedeu com os indígenas, ele faz uma descrição geral dos aspectos físicos dos negros africanos.

No que diz respeito aos aspectos culturais dos negros o autor começa fazendo uma comparação com os indígenas. Para ele os negros estariam

numa evolução social mais adiantada que a dos índios: tinham governo, alguma disciplina, hábitos sedentários, como agricultores e criadores; eram dóceis, esforçados, laboriosos, bem que pelo medo dos castigos corporais, que os senhores não poupavam.²¹

¹⁹ O autor faz menção a La Condamine, entretanto não há qualquer indicação sobre a obra ou quem seria essa referência.

²⁰ PEIXOTO, Afrânio. Op. Cit. p. 214.

²¹ Idem. p. 216.

Nesse trecho é possível perceber quais elementos seriam, para Afrânio Peixoto, indicativos de existência de civilização. Com isso, ele estabelece uma diferença entre os negros e os indígenas, uma diferença que os colocam em posições hierárquicas diferentes.

A preocupação central de Peixoto ao tratar dos negros era o cruzamento entre estes e os brancos que formaria, segundo o autor, uma raça inferior – os “mulatos”. Esse grupo seria composto do caráter das duas raças e teria alguns defeitos aumentados pelo clima, má educação e indisciplina social. Ele afirma que pela grande quantidade de “mulatos” eles chegaram a dominar a colônia, o que gerou a irritação dos brancos. No final dessa parte do texto ele defende que seriam necessários mais de três séculos de cruzamento entre as “raças” para que os negros e mulatos “desapareçam nas diluições sucessivas de sangue branco, depurando o Brasil do sangue negro que lhe impuseram.”²² Com essas palavras Afrânio Peixoto está reforçando a ideia de que o mulato / mestiço seria o caminho para uma suposta redenção nacional a partir do branqueamento da população.

Por fim, Afrânio Peixoto apresenta os brancos que formariam o povo brasileiro. Ele começa expondo que cada vez é menos importante a situação dos mestiços no Brasil, pois com a abertura dos portos, a liberdade de indústria e o fim da escravidão a população de brancos vinha aumentando muito e se diversificado. Se inicialmente os brancos que vinham para o Brasil eram portugueses, com o tempo passou a ser também de italianos, alemães, polacos, sírios e espanhóis. Essa variedade de povos é que faz o autor colocar os brancos no plural, ou seja, há um reconhecimento das diferenças e das diversidades daqueles que comporiam a chamada “raça” branca. Ao fazer a descrição física desse grupo o autor destaca que na formação do povo brasileiro é dominada pelos brancos e destes os portugueses, assim, ele faz a descrição física do que seria um português.

Após a descrição física ele faz a descrição do caráter dos brancos:

Inteligentes, astuciosos, aventureiros, cobiçosos de lucro, pesados com os inferiores, sensuais, vaidosos, tristes, são qualidades dominantes do caráter deles, que explicam a razão de ser de muitos dos nossos. Em todo este livro, vai dito o que fizeram pelo mundo e por nós.²³

²² Idem. p. 219.

²³ Idem. p. 221.

Assim, ele destaca apenas aspectos positivos desse grupo racial e argumenta que esses são os motivos pelos quais a “raça” branca fez todas as realizações que são contadas no livro. Logo, segundo o autor, eles aparecem como os protagonistas da história e numa suposta hierarquia existente entre as raças essa seria a superior.

A ideia de que o brasileiro seria o somatório das três raças fundamentais – índios, negros e europeus – não são exclusivos de Afrânio Peixoto. No livro de Rocha Pombo também é possível ver o elemento da miscigenação como importante para a formação do povo.

Vê-se, portanto, que a população do Brasil veio a formar-se de homens das três raças: índios, que já estavam aqui; os africanos, que vieram como escravos; e os europeus, que tomaram conta do país.

Por isso, o brasileiro tem as suas qualidades mais notáveis dessas três raças: - é altivo, amoroso e inteligente.²⁴

A ideia de “raça” para explicar a formação do povo brasileiro também é cara a Rocha Pombo. Ele faz uma apresentação dos aspectos dessas três “raças” separadamente nos capítulos IX, X e XI, além disso, ele situa o contexto em que cada uma delas aparece na história do povo brasileiro. Importante destacar que as três “raças”, para o autor, são hierarquizadas de acordo com a proximidade que elas possuem da civilização.

Entretanto, já nessa primeira passagem é possível perceber duas diferenças em relação concepção de Afrânio Peixoto. Primeiro que ele trata índio, africanos e europeus no plural, o que dá margem para perceber uma diversidade dentro de cada grupo. Segundo é que ele não trata africanos e europeus como negros e brancos. Com isso ele desloca o aspecto desses grupos para a sua origem geográfica e não para os aspectos físicos.

Para começar a tratar dos indígenas o autor faz uma correção de uma afirmativa que havia sido feita no capítulo anterior, de que Martim Afonso teria começado a povoar o Brasil. Ele retifica essa informação afirmando que quando os portugueses aqui chegaram já encontraram população de “outra raça”, os índios. Em seguida ele afirma que esses estariam muito atrasados quanto à civilização. Nos parágrafos seguintes trata de alguns costumes e aspectos da vida dos indígenas como suas moradias, alimentação, armas de guerras e instrumentos de caça. A religião dos indígenas é tratada como um conjunto de superstições,

²⁴ POMBO, Rocha. Op. Cit. p. 31.

segundo o autor, os indígenas tinham medo de tudo, da tempestade, da chuva de pedras e do trovão. Essa breve apresentação da religião dos indígenas contribui para a ideia de que eles eram selvagens e ingênuos.

Ao tratar da relação que se dava entre os indígenas o autor ressalta que eles conviviam dentro de sua tribo como irmãos, mas na relação com outras tribos ou nações eram comuns as guerras, esse aspecto passa a ser utilizado como argumento pelo autor para reforçar a ideia de que os indígenas eram selvagens:

Por isso ficaram os índios, afinal, muito dados à guerra.
Entre os selvagens isso era natural.
Só o homem civilizado é que confia mais na razão que na força, e procura resolver as questões pelo direito e não pelas armas.²⁵

Essa passagem da obra é exemplar da concepção que o autor tinha desses povos e contribui para colocá-los num patamar mais baixo na hierarquia entre as “raças”. Irônico é pensar que em diferentes momentos o autor exalta a guerra para a formação da pátria e no momento em que ele escreve a Grande Guerra estava devastando justamente o continente europeu, centro radiador e paradigma da civilização para esses autores, enquanto ele critica a guerra promovida pelos indígenas.

Para tratar dos africanos, Rocha Pombo inicia o capítulo destacando o contexto que levou os portugueses a comprarem escravos. Segundo o texto, a grande quantidade de terra disponível aos portugueses somada a pouca mão de obra para trabalhar na terra foram os fatores que levaram os europeus a buscarem esses “ajudantes” na África. O autor ressalta que houve uma tentativa de usar os índios para “auxiliarem” na lavoura, mas esses não eram acostumados ao trabalho organizado e obrigá-los a trabalhar gerou muitos conflitos.

Após a apresentação dessas questões o autor começa efetivamente a falar dos africanos, pouco é falado sobre as características e costumes dos africanos.

Apenas a prática da escravidão é ressaltada:

Essa gente era também selvagem como os índios, e vivia lá quase como estes viviam aqui.
Apenas os africanos não eram livres como os índios. Tinham os seus reis, chamados sobas, que com eles eram muito cruéis.
Aqueles reis vendiam gente como se fosse gado.
Sabendo disso, os colonizadores portugueses mandavam lá comprar quantos pudessem para os ajudarem nas plantações.²⁶

²⁵ Idem. p. 26.

²⁶ Idem. pp.28-29.

Por esse fragmento é possível perceber que, na concepção do autor, os indígenas e os africanos só se distinguiam no que se refere à liberdade. Outro ponto é a escravidão aparecendo como uma prática corriqueira nos grupos africanos. Esse é o único aspecto específico da organização social desse grupo que os distinguiria dos indígenas e é apresentado de forma negativa.

Nos parágrafos seguintes o autor realça qual seria o caráter dos negros:

Os africanos para cá trazidos eram pretos, mas de raça muito boa, principalmente de muito bom coração.

Quase todos, em vez de odiar, ficaram logo querendo bem aos senhores. Sobretudo as mulheres foram as grandes amigas das crianças.

Trabalhadores, obedientes e muito espertos, os africanos fizeram muito pelo progresso do nosso país.²⁷

Nesses dois parágrafos a questão racial aparece novamente, o autor destaca que eles eram “pretos”, mas os que vieram para cá teriam sido de uma “raça” muito boa. Em seguida destaca alguns aspectos da personalidade desses africanos – companheiros, obedientes e espertos – e o mais importante, destaca que eles tiveram um papel importante para o progresso do país, contribuição que o autor não destacou para os indígenas. Esse parágrafo serve para mostrar que, em Rocha Pombo, não é a “raça” o elemento que torna os membros de cada um desses três grupos superior ou inferior em relação aos outros.

Nos parágrafos seguintes Rocha Pombo encerra o capítulo defendendo que o sacrifício feito pelos africanos de ter deixado a sua terra natal foi recompensado, pois os seus descendentes possuiriam uma igualdade de direito com os seus antigos senhores. Em outras palavras, é possível concluir que o sacrifício feito pelos africanos teria valido a pena para a pátria e para os próprios africanos. Outro ponto importante desse aspecto defendido pelo autor é pensar a ligação que o autor faz entre o passado e o presente. O sacrifício feito no passado foi recompensado no presente, diga-se de passagem, no momento em que a República se instaura como forma de governo. Para fechar o capítulo, o autor exalta justamente esse aspecto de tentar deixar a escravidão como algo do passado ao dizer: “A escravidão passou, e para sempre. Hoje, somos todos como irmãos.”²⁸

Tratando da ocupação do território pelos portugueses a atenção é dada somente aos primeiros que efetivamente passaram a viver aqui. Rocha Pombo dá destaque a dois personagens João Ramalho e Diogo Álvares, o Caramuru. Eles

²⁷ Idem. p. 29.

²⁸ Idem. p. 29.

seriam os exemplos dos portugueses que estavam no Brasil na ocasião em que chegou a expedição de Martim Afonso. Em ambos os casos é destacado a relação que esses primeiros portugueses estabeleceram com os indígenas e principalmente o casamento desses dois portugueses com filhas dos chefes indígenas, o que teria facilitado a relação entre portugueses e indígenas e conseqüentemente facilitado a ocupação da terra pelos primeiros. Em seguida, o autor destaca que com a vinda da expedição de Martim Afonso muitos outros portugueses se instalaram aqui e rapidamente o litoral foi ocupado. O capítulo dedicado aos portugueses é menor que os outros dois, o autor é econômico também na apresentação das características desse grupo. Acredito que o motivo central para isso é que os europeus já são inúmeras vezes apresentados pelos seus feitos no decorrer da obra.

Para Rocha Pombo, é da junção das três raças que se deu o povo brasileiro. Os atributos de cada uma delas é que construiria o tipo brasileiro. Na apresentação desses três grupos é possível ver uma clara hierarquização entre eles, no patamar mais baixo estariam os indígenas, que viviam de forma livre e não estavam preparados para o trabalho, em seguida os africanos, ainda em estágio selvagem, mas possuía um bom coração e os seus sacrifícios contribuíram para a construção da nação. No topo estariam os europeus detentores da civilização. Importante ressaltar que para Rocha Pombo não é a “raça” o que determina as características desses grupos, todos eles pertenceriam a uma “raça” boa e estariam aptos a viver e desenvolver a civilização no Brasil.

Na obra da parceria de Olavo Bilac e Coelho Netto não há uma defesa de que o povo brasileiro tenha se formado da junção das três raças. Embora, ao fazer uma leitura do livro é possível perceber que os autores caracterizam esses três grupos que formaram o povo brasileiro. Outra distinção importante de se ressaltar em *A Pátria Brasileira* é que a apresentação e a menção dos africanos e dos europeus na história do Brasil não são feitas separadamente, mas diluída no decorrer da narrativa histórica. Por fim, essa é a obra que trata de forma mais detalhada dos povos indígenas, são dedicados quatro capítulos para tratar exclusivamente dos costumes e práticas culturais dos indígenas.

Os indígenas aparecem pela primeira vez na obra, no capítulo seguinte ao do descobrimento, intitulado “Os aborígenes”. Nesse capítulo os autores utilizam como fonte principal caracterizar os indígenas a carta de Pero Vaz de Caminha. O

primeiro contato entre portugueses e indígenas é apresentado como um contato amistoso e marcado pela receptividade dos indígenas. Nesse capítulo os autores fazem descrições de traços físicos dos indígenas, destacam alguns hábitos e descrevem os ornamentos que eles utilizavam. O capítulo trata basicamente desse primeiro encontro. A descrição e apresentação dos indígenas são feitas nos capítulos seguintes.

Após esse primeiro contato dos portugueses com os indígenas os autores tratam da primeira missa no Brasil e dos degradados deixados no território pela frota do Cabral. Os três capítulos seguintes são dedicados exclusivamente a alguns aspectos da vida dos indígenas, esses aspectos são apresentados como gerais dos indígenas antes do contato com os portugueses. Os capítulos são ordenados com os seguintes títulos: “Usos e costumes dos indígenas”; “As guerras, os prisioneiros”; “Crenças e superstições”.

No capítulo que trata dos usos e costumes indígenas é possível perceber que os autores fazem um esforço de descrever diversos aspectos da vida cotidiana dos povos indígenas: suas moradias, alimentação, embarcações, armas, instrumentos musicais, cerimônias fúnebres etc. A diferença da obra de Olavo Bilac e Coelho Netto com relação ao tratamento que dão aos indígenas quando comparado as outras duas obras, é que em *A Pátria Brasileira* os autores não realçam apenas os aspectos negativos das práticas e costumes indígenas, pelo contrário, em certa medida há uma afirmação de suas qualidades. Exemplo disso é a forma como apresentam a alimentação dos indígenas, destacando que eles viviam da caça e da pesca, mas não seriam negligentes com a agricultura.

Outro exemplo de apresentação positiva dos indígenas é a relação deles com o meio em que viviam:

Habitavam-se, desde os anos mais tenros, a suportar todas as provações, desenvolvendo-se em agilidade e destreza, encarando a morte com resignação heroica. Aos condenados permitia que entoassem o canto de morte. De apuradíssima percepção, distinguiam os mínimos rumores da selva, e preveniam-se reconhecendo os passos cautelosos do inimigo, ou alegravam-se, se era o rumor de um bando aliado.²⁹

Nesse trecho é possível perceber a construção da imagem de um indígena capaz de superar as adversidades, de ser heroico diante da morte e ter piedade com

²⁹ BILAC, Olavo. NETTO, Coelho. Op. Cit. p. 35.

os condenados. Ou seja, o indígena seria dotado de uma série de valores defendidos pelos autores do livro.

No capítulo seguinte, “As Guerras e os prisioneiros”, os autores mudam um pouco o tom do discurso a respeito dos povos indígenas. Eles apresentam que os indígenas possuíam dois motivos principais para fazer a guerra: captura de prisioneiros e a vingança. Esse segundo motivo é colocado como um sentimento próprio dos selvagens: “O espírito exaltado de vingança constituía a verdadeira crença do selvagem.”³⁰ Diferente do capítulo anterior, quando os autores fazem um esforço de descrever as práticas e costumes dos indígenas sem fazer juízo de valor ou coloca-los como selvagens, nesse capítulo os autores acabam colocando a prática da guerra e as cerimônias de sacrifício dos prisioneiros que levam ao canibalismo como práticas dos grupos ditos selvagens.

O mesmo tom que coloca o indígena na situação de bárbaro é repetido ao tratar da religiosidade indígena, no caso, nomeadas pelos autores de crenças e superstições. Os autores defendem no decorrer do capítulo que o sentimento religioso do indígena revelava-se pelo assombro. Segundo eles, todos os fenômenos da natureza que fugia do entendimento desses povos eram explicados pela intervenção de espíritos que causavam surpresa e espanto. Esse comportamento dos indígenas, segundo os autores, se deve ao estado de ignorância em que eles viviam. Esse estado é o que os faziam ter o medo como elemento fundamental de suas crenças. Essa suposta ignorância faria o indígena acreditar em tudo o que o pajé dizia e este se aproveitaria na falta de inteligência dos nativos. Assim, os autores estão contribuindo para construir uma ideia de inferioridade desses povos quando comparados aos europeus, colocando as diferenças culturais como inferioridade. Eles acabam colocando esse indígena num estágio de infantilidade.

Como a ideia de que o povo brasileiro teria sido formado pela junção das três raças não aparece de forma explícita na obra de Olavo Bilac e Coelho Netto, não há a preocupação por parte dos autores de descrever as características que formam os dois outros grupos – africanos e europeus. Claro que os aspectos, a história e os costumes europeus perpassam de forma indireta toda a obra, já que

³⁰Idem. p. 39.

esse grupo é que teria promovido a ocupação e dominação do território até se formar o Brasil.

Por outro lado, no que diz respeito aos negros, o livro chama a atenção pela carência de informação, não só dos aspectos dos grupos africanos, sua cultura, organização social etc, como também pelo parco tratamento dado ao tema da escravidão. São quatro os capítulos que tratam do negro e da escravidão: “O navio negreiro”; “O palmares”; “A vida nas fazendas”; e “O exército negro”.

O capítulo sobre o navio negreiro é o primeiro que trata a questão dos africanos no Brasil. Ele vem logo em seguida ao capítulo que trata da vida dos primeiros colonos. Os autores começam o texto de forma extremamente poética descrevendo o sofrimento dos africanos e a violência praticada contra esse grupo na viagem de vinda para o Brasil. Da leitura desse capítulo é possível perceber que os autores repudiam e condenam o comércio de escravos, colocando essa prática como algo abominável.

No capítulo “O Palmares” os negros voltam a ser tema da narrativa histórica. É o primeiro capítulo que trata da luta pela liberdade e é seguido dos capítulos sobre a rebelião de Beckman e a Guerra dos Mascates.³¹ Os autores começam contextualizando o processo de formação do quilombo e relacionam esse processo com a luta contra os holandeses. Segundo os autores, essa luta teria contribuído para a formação da ideia de liberdade entre os negros e estimulado sua fuga para o interior das matas. Lá os negros viviam em “absoluta independência, sem lei nem senhor.”³² Com o tempo, continuam os autores, o quilombo foi crescendo, foi eleito um chefe e apareceram as leis, formando assim uma república. Importante por hora nesse capítulo é que em dois momentos os autores indicam alguns costumes dos negros. Primeiro, quando defendem que os negros embrenhados nas matas passam a viver como em sua terra natal, em liberdade. Segundo, quando tratam da organização do quilombo e destacam que a defesa era feita da mesma maneira que nas tribos africanas. Nesse ponto destacamos dois aspectos da vida dos africanos, eram povos livres em sua terra natal e possuíam uma organização tribal. Nesse sentido a concepção de Olavo Bilac e Coelho Netto

³¹ O tema da liberdade será discutido mais adiante, momento em que voltaremos a analisar a forma como o quilombo do Palmares é tratado nas obras.

³² Idem. p. 152.

sobre os africanos se distinguia da elaborada pelos demais autores, defensores da ideia de que os negros não vivam em liberdade na África.

No capítulo “A vida nas fazendas”, localizado após os capítulos que tratam da Guerra do Paraguai, os autores buscam descrever alguns aspectos da vida cotidiana em uma fazenda escravista do século XIX. Nessa apresentação é dada especial atenção aos aspectos da escravidão e os autores acabam dando alguns indícios de suas concepções sobre os costumes e características dos negros. Não são poupadas palavras para tratar da violência da escravidão e do sofrimento dos negros em tal condição. Sobre os aspectos desses homens escravizados os autores destacam em dois momentos a submissão e resignação diante da violência e opressão praticada pelos senhores por intermédio dos feitores:

Louvavam o senhor, e formados, cada qual com o seu instrumento de serviço, as mães com os filhos escarrachados às costas, todos calados, submissos, unindo-se muito, - o feitor com o relho enrolado à cinta procedia a chamada a qual os negros respondiam soturnamente, de olhos sempre baixos. [...] [...] A um brado do feitor, tornavam todos ao serviço e, até a hora do crepúsculo trabalhavam sem pausa, resignadamente.³³

Assim, como já foi defendido por outros autores de livros de leitura, os negros africanos seriam considerados pacíficos, resignados e submisso. Esses aspectos serviriam para reforçar a ideia de docilidade e servidão defendida para esse grupo como um dos caracteres de formação do povo brasileiro.

No mesmo capítulo prosseguindo o texto é possível retirar outros indícios que nos ajudam a entender como que os negros são caracterizados pelos autores. Ao tratar dos raros dias de folga dos escravos os autores apresentam algumas práticas dos africanos:

A alegria chegava ao delírio quando os primeiros sons do *caxambú* atroavam, e, no terreiro reunidos, começavam a dança selvagem, que lhes recordava a aringa africana e os dias felizes do tempo da liberdade.³⁴

Nesse trecho destacamos dois pontos importantes: primeiro o reforço da ideia de que os negros viviam em liberdade na África, segundo que parte de seus costumes e expressões culturais são consideradas selvagens por esses autores. Assim, Olavo Bilac e Coelho Netto introduzem de forma tímida, se comparado aos demais autores e a forma como eles tratam os indígenas, a ideia de que os africanos eram selvagens.

³³ Idem. p. 267-269.

³⁴ Idem. p. 270.

O capítulo seguinte ao da vida das fazendas é “O exército negro”. Nesse os autores defendem que os negros – agora chamados por duas vezes de “raça negra” – após séculos de amargura e resignação estavam revoltando-se contra a condição penosa que a escravidão os colocava. O capítulo trata de uma fuga em massa dos negros das fazendas de São Paulo e a caminhada até a cidade de Santos, lá eles se juntaram aos demais negros que compunham o quilombo de Jabaguara. Esse movimento teria tido um papel de destaque para a vitória da liberdade frente à escravidão. O interessante desse capítulo é que os autores colocam os negros como protagonistas de sua própria liberdade. Esse evento, dentro da narrativa, possui um destaque maior que a campanha abolicionista e é equivalente em importância ao treze de maio.

Na conclusão do capítulo os autores os autores colocam que após o fim desse crime secular que era a escravidão, “a raça negra ia ser incorporada, no Brasil, à comunhão social.”³⁵ Dessa passagem podemos dizer que a ideia de o povo brasileiro fosse formado a partir de diferentes raças, embora não esteja explícita em *A Pátria Brasileira* como está nas outras duas obras, aparece como um elemento importante para entender a formação da sociedade brasileira.

A leitura das três obras nos permite perceber que para pensar o povo brasileiro há um aspecto em comum nas três obras: o povo brasileiro seria formado da integração dos três grupos, indígenas, negros ou africanos e europeus. Comparando a forma como os autores pensam essa integração e as apresentações que eles fazem dos aspectos específicos de cada um desses três grupos é possível perceber que nas obras de Rocha Pombo e Afrânio Peixoto fica mais claro a ideia do povo brasileiro como a soma das três “raças”. Ambos deixam explícito uma hierarquia existente entre essas três raças: os europeus como modelo de civilização e o grupo superior, os africanos como grupos próximos a barbárie, mas com aspectos que os aproximam da vida civilizada, como o sedentarismo e a vocação para o trabalho; e os indígenas como grupo que vivia num estágio selvagem, sem qualquer regularidade de trabalho ou apreço por elementos do mundo dito civilizado. Entretanto, há uma diferença na abordagem dos dois autores em relação aos fatores que cada um apresenta como necessário para a aproximação ou distanciamento da civilização. Na obra de Afrânio Peixoto é

³⁵ Idem. p. 274

possível perceber um forte determinismo racial, os negros e indígenas não possuem civilização pois pertenceriam a uma raça inferior, teriam características próprias de suas raças que os colocariam numa relação de inferioridade se comparado aos europeus. Já na obra de Rocha Pombo essa relação é diferente, sem abandonar a noção de raça o autor afirma que indígenas e africanos que formam o povo brasileiro pertencem a raças boas. O que os diferencia dos europeus são suas práticas e costumes, são elas que os distanciam daquilo que ele chama de civilização. Indígenas e africanos teriam muito o que ganhar e contribuir com a formação nacional.

Já na obra da parceria de Olavo Bilac e Coelho Netto essa hierarquização não fica explicitada, não sendo possível concluir, por exemplo, que os africanos seriam superiores aos indígenas e inferiores aos portugueses. Há sim uma diferença em relação as outras duas obras, em *A Pátria Brasileira* há uma descrição em certa medida positiva dos costumes indígenas.

Um aspecto presente nas três obras é que não há qualquer conflito gerado na sociedade brasileira por essa junção das três raças. Os autores constroem a ideia de que esses três grupos conviveriam em perfeita comunhão, todos seriam irmãos e teriam os mesmos direitos perante a lei. Por conta disso, Rocha Pombo chega a justificar que teria valido a pena para os africanos todas as penúrias sofridas durante os anos de escravidão, já que após a abolição todos gozariam dos mesmos direitos. Como se a Abolição e a República tivessem construído por si só uma sociedade igualitária e justa para todos os grupos sociais.

Importante destacar é que os autores estão amplificando uma série de visões sobre o povo brasileiro. Ao traçar o perfil da nação a partir da junção dos caracteres das três raças os autores estão reforçando visões e preconceitos sobre cada uma delas, tais como: o indígena e preguiçoso e dado a liberdade sem qualquer regra e vivem num estado de ingenuidade e infantilidade, os negros são servis e submisso, embora tenham sofrido, o suor de seu trabalho valeu para a construção da nação e os brancos são inteligente, engenhosos e responsáveis pela organização da sociedade.

3.3. Uma história da pátria

Um objetivo em comum das três obras com que trabalho e que também aparece em outros livros de leitura do período é fazer a pátria amada pelas novas gerações. Para chegar a tal objetivos os autores destacam ser preciso fazê-la conhecida. Como já foi dito anteriormente, o conhecimento da pátria tinha como ponto central o conhecimento do seu passado, embora fosse destacado seus aspectos geográficos e o seu povo, é o passado histórico dessa pátria que é privilegiado nos livros de leitura. Portanto, o tema da formação da pátria no decorrer do tempo é de grande importância para as questões levantadas por essa dissertação. A formação da pátria e o surgimento de um sentimento de pertencimento a essa pátria aparecem, nos livros de leitura, em diferentes acontecimentos do passado. Quando e como eles aparecem nas três obras são os caminhos que eu procuro seguir nessa parte do capítulo. Assim, dou destaque para três acontecimentos nos quais os autores demonstram o surgimento e a consolidação do sentimento de pátria: ocupação do território, batalhas para expulsar os estrangeiros e as lutas contra a opressão do português.

3.3.1. A ocupação da terra

O tratamento dado ao processo de ocupação da terra pelos autores das três obras seguem, em linhas gerais, algumas semelhanças. A começar pelo destaque dado ao povoamento da terra a partir das capitâneas hereditárias. Todos apontam como fatores que levaram a ocupação do território, a preocupação que a Coroa portuguesa passa a ter com a integridade do território em virtude das constantes incursões estrangeiras no litoral.

Em *A Pátria Brasileira* os autores dedicam um capítulo inteiro para explicar o contexto de implantação das capitâneas hereditárias e nos dois capítulos seguintes contam as experiências diversas de dois capitães donatários na empresa de ocupação do território – Vasco Fernandes Coutinho e Aires da Cunha. Olavo Bilac e Coelho Netto explicam os motivos que levaram Portugal a negligenciar as terras brasileiras nos trinta anos seguintes a descoberta e apontam o interesse de estrangeiros pela terra o principal motivo que levou ao rei D. João III a dividir as suas novas terras em capitâneas hereditárias. Para eles é a partir desse movimento que se inicia a colonização do Brasil. Explicam como funcionava o sistema de

capitanias e em seguida fazem a seguinte afirmativa: “Começou a constituir-se o país, de onde tinha que sair mais tarde a Pátria Brasileira.”³⁶

Algumas páginas adiante, ao tratar da vigem de Aires da Cunha para as terras brasileiras, eles reforçam a ideia de que é com essa ocupação a pátria tinha de nascer: “vieram da sua pátria, em busca da riqueza e do poder, até estas plagas, de onde a nossa Pátria tinha que nascer,”³⁷. Essa passagem é interessante, pois o termo pátria aparece duas vezes, no primeiro momento referido com letra minúscula, a pátria dos outros, e no segundo com maiúscula, a pátria dos brasileiros. Isso mostra o destaque que eles procuram dar a pátria brasileira. Outro elemento importante é que a formação da pátria seria feita com o sacrifício daqueles que para cá vieram e tiveram que abandonar sua pátria de origem e seus familiares em Portugal.

As duas experiências dos colonos que são apresentadas na obra acabam por fracassar, seja pelas lutas com os indígenas e a má administração que geraram grandes perdas para os donatários, seja o naufrágio e as dificuldades das viagens que faziam muitos donatários nem conseguirem chegar na América.

Na obra e Afrânio Peixoto também é reforçada a ideia de que o povoamento do Brasil começa com as capitanias hereditárias, por ele chamadas também de feudos, ao dizer que o Brasil era um país despovoado que pouco tinha a oferecer à Portugal. Assim as capitanias viriam a gerar riquezas e garantir a posse da terra afastando os estrangeiros. Sem se alongar em explicações sobre o funcionamento das capitanias o autor explica que esse sistema não deu certo. Os motivos foram: conflito com os indígenas e incapacidade administrativa.

O autor continua tratando da povoação do território e relacionando com o desenvolvimento das formas administrativas da colônia como a instalação do governo geral e em seguida encerra o capítulo tratando de como estaria o Brasil no primeiro século de colonização. Afrânio Peixoto dá destaque às atividades econômicas como a produção de açúcar e algodão e apresenta que essa ocupação se deu predominantemente no litoral.

Rocha Pombo ao tratar da ocupação do território privilegia os aspectos administrativos da colônia, com isso ele começa o capítulo intitulado “Como se começou a fazer o governo da colônia” apresentando brevemente as capitanias

³⁶ BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. *A Pátria Brasileira*. Op. Cit. pág. 59.

³⁷ Idem. pág. 65.

hereditárias e o seu principal propósito: povoar. Em seguida, ele trata do governo geral, nesse caso dando mais ênfase nos aspectos administrativos e políticos da colônia, na fundação das cidades e das vilas.

Nos capítulos seguintes, o autor trata dos diferentes modos de se viver nas vilas e nas cidades. Em dois capítulos o autor destaca os aspectos da vida cotidiana nas vilas, apresenta a precariedade das condições de vida dos primeiros colonos e estabelece um distanciamento do seu presente. A vida nos sítios é apresentada como algo ainda mais precário, ao tratar dela ele privilegia as relações sociais como as provenientes da escravidão e da diferença existente entre os ricos senhores de engenhos, possuidores de escravos, e os moradores pobres que cultivavam sua própria terra e tinham costumes muito próximos aos dos indígenas.

Com relação à ocupação da terra, podemos perceber que as diferenças que aparecem nas abordagens dos autores estão ligadas a forma como eles abordam o povoamento inicial dos europeus no território. Olavo Bilac e Coelho Netto dão bastante ênfase na questão das capitânicas hereditárias e dedicam três capítulos apenas para tratar do contexto de aplicação delas, do seu funcionamento e de como duas tentativas fracassaram. Eles destacam os aspectos sociais e políticos de aplicação das capitânicas hereditárias. Por outro lado, Afrânio Peixoto e Rocha Pombo, tratam brevemente das capitânicas, elas servem apenas para falar do início do povoamento e seu fracasso é rapidamente relacionado a instalação do governo geral. Entretanto, a abordagem desses dois autores também possui diferenças. Afrânio Peixoto dá maior ênfase nos aspectos econômicos dos primeiros momentos da colonização, enquanto Rocha Pombo dá maior atenção aos aspectos políticos e às relações sociais dos primeiros colonos.

3.3.2. A luta contra o estrangeiro

O primeiro momento em que os autores falam a respeito do surgimento do sentimento de pátria é quando tratam das lutas para expulsar os estrangeiros do território. Com maior destaque, em todas as obras, para as lutas contra os holandeses no nordeste.

Olavo Bilac e Coelho Netto dedicam seis capítulos e vinte páginas para tratar das invasões holandesas e da expulsão desses de terras brasileiras. Os autores iniciam o tema apresentando quem seriam esses holandeses, eles são considerados uma “raça” independente, sóbria, pertinaz e laboriosa. Todos esses atributos podem ser considerados positivos, ou seja, numa apresentação desse inimigo são mostradas suas qualidades, o que enobrece ainda mais a vitória, já que os holandeses seriam uma das “raças mais admiráveis do globo.”³⁸

Em seguida os autores de *A Pátria Brasileira* explanam como se formou a Companhia das Índias Ocidentais e destacam os principais interesses dos holandeses pelo Brasil: suas riquezas naturais e sua terra fértil. No capítulo seguinte os autores narram a tentativa de pouco sucesso dos holandeses em ocupar a Bahia e como os colonos com o apoio dos espanhóis conseguiram expulsá-los. Contudo o conflito principal, que seria um dos acontecimentos fomentadores do sentimento de pertencimento a pátria foi a presença e expulsão dos holandeses de Pernambuco. Para tratar desse assunto os autores dedicam mais três capítulos.

Iniciam o texto sobre a luta contra os holandeses apresentando um importante personagem dessa batalha, o índio Potí, nascido no Ceará e posteriormente recebe o nome de Antônio Felipe Camarão. Um capítulo inteiro é escrito para apresentar esse personagem e ao traçar suas características, os autores defendem que nele já havia sido despertado o sentimento de pátria:

Defendendo a terra brasileira do ataque holandês, não defendia a possessão portuguesa ou espanhola: defendia a terra de seu amor e seu berço, e defendia aqueles que lhe haviam dado, com a civilização, o sentimento de pátria, a consciência do seu valor moral de homem.³⁹

Primeiro ponto a ser destacado desse fragmento é a relação existente entre o sentimento de pátria e a ideia de civilização. Ou seja, os indígenas, por serem considerados selvagens por esses autores não teriam como desenvolver o sentimento de pátria, não teria o mesmo amor e apreço pelas terras em que viviam. Potí só desenvolve esse sentimento ao entrar em contato com os brancos, portadores da civilização. Por essa passagem é possível começar a definir o que seria esse sentimento de pátria que se desenvolvia. Seria um sentimento ligado ao lugar onde o homem vive e aos homens com quem se convive nesse espaço. Esses são os dois elementos que Camarão estaria disposto a defender. A identidade que

³⁸ Idem. p. 103.

³⁹ Idem. p. 113.

se constrói com os seus conterrâneos seria construída, também, pelo contato daquele que seria o estrangeiro, o outro, nesse caso os holandeses.

Continuando o texto sobre esse personagem os autores defendem que o estado de homem civilizado de Potí melhorara as qualidades de sua raça e acrescentaram os valores e habilidades da civilização, isso o teria tornado o mais encarniçado inimigo que os holandeses tiveram. O capítulo sobre Felipe Camarão é encerrado com a narrativa de uma emboscada liderado por esse indígena para atacar os holandeses, segundo os autores, ação de grande sucesso e relevância para a vitória dos brasileiros.

Prosseguindo a narrativa os autores apresentam o que seria o oposto de Felipe Camarão, o brasileiro Domingos Fernandes Calabar, personagem que teria traído seu povo e lutado ao lado dos holandeses, dando informações preciosas para esses, o conseqüentemente dificultando a vitória dos brasileiros.

Para encerrar a narrativa das lutas contra os estrangeiros, os autores de *A Pátria Brasileira* narram os acontecimentos da batalha dos Guararapes, confronto decisivo entre holandeses e brasileiros, lugar onde estaria “sendo jogada a sorte da nossa nacionalidade”. Já que, segundo os autores, uma vitória dos holandeses poderia definir o domínio deles sobre o Brasil.

Destaco da narrativa dessa batalha figura de Henrique Dias, negro que teria lutado ao lado dos brasileiros, os autores o definem como “o heroico negro brasileiro”. A citação desse personagem, embora breve faz com que a guerra contra os estrangeiros tenha sido uma guerra que uniu grupos diferentes na luta contra um inimigo em comum, por conta disso ela teria sido tão importante para a construção da identidade nacional brasileira.

Para encerrar o tema da guerra contra os holandeses os autores retomam a questão da formação da nacionalidade: “Tinham terminado as guerras holandesas. O destino do Brasil estava decidido. A Pátria estava definitivamente incorporada à grande comunhão da raça latina.”⁴⁰ Esse é o último parágrafo do capítulo, nele os autores acabam defendendo que com a expulsão dos holandeses predominou na formação nacional a raça latina, herdada dos portugueses. Nesse sentido os autores acabam jogando para o esquecimento ou minimizando a importância das outras “raças” que contribuíram para a formação nacional.

⁴⁰ Idem. p. 124.

Afrânio Peixoto ao tratar das invasões estrangeira no território brasileiro começa apresentando as tentativas de ingleses e franceses, demonstrando como esses fracassaram. Em seguida ele trata dos holandeses, faz uma contextualização de quem eram esses holandeses e as relações que esses estabeleciam com as Coroas portuguesa e espanhola explicando como Portugal passou para domínio espanhol e conseqüentemente os holandeses foram excluídos do comércio dos produtos coloniais.

Das invasões holandesas o autor inicia com a tentativa de ocupação da Bahia, não tendo sucesso, os invasores tentam e conseguem ocupar Olinda e Recife. Já no primeiro momento em que relata essa ocupação em Pernambuco Peixoto destaca a resistência à ocupação holandesa liderada por Mathias Albuquerque no Arraial do Bom Jesus. Porém, o principal sobre a resistência ele começa a tratar em seguida:

A metrópole, nem sempre bem inspirada, tomava lentas resoluções e enviava recursos insuficientes. Foram principalmente os elementos próprios, locais, pode-se dizer brasileiros, que impediram aos holandeses de permanecerem definitivamente no nosso país, embora o seu domínio se prolongasse por vinte e quatro anos e conseguissem ocupar trechos do litoral, desde Sergipe até o Maranhão.⁴¹

Nesse trecho percebemos que o autor faz algumas ressalvas ao tratar os locais como brasileiros. Antes de definir aqueles que aqui viviam e lutaram contra os holandeses de brasileiros, Peixoto os chama de “elementos próprios, locais”, ou seja, deixa transparecer a ideia de que a noção de brasileiro estava sendo construída justamente no processo de luta contra o estrangeiro.

No parágrafo seguinte ele faz algumas ressalvas com relação aos holandeses e reconhece que sob o governo de Maurício de Nassau a cidade de Recife foi próspera, mas sendo sucedido por mercadores incapazes a luta de reconquista seria facilitada. Para falar sobre a luta de reconquista Afrânio Peixoto escreve as seguintes palavras:

Para esse resultado (reconquista do Brasil) cooperaram todos os elementos da terra, capitaneados por João Fernandes Vieira, português rico de Recife, que comprava a sua tranquilidade aos Flamengos a dinheiro emprestado, mas que, por instância do brasileiro André Vidal de Negreiros, tomou a frente do movimento libertador, ajudado por este grande soldado, por Antonio Felipe Camarão, chefe dos índios, e por Henrique Dias, capitão dos negros, todos unidos em defesa da pátria comum, de berço ou de adoção, à qual se consagraram.⁴²

⁴¹ PEIXOTO, Afrânio. Op. Cit. p. 102-103.

⁴² Idem. p. 103-104.

Nesse trecho, é possível perceber que o autor já defende a existência de uma pátria, na qual convivem, portugueses, brasileiros, negros e indígenas. Todos dispostos a lutar por sua defesa e integridade. A luta contra um inimigo em comum, o estrangeiro holandês, para defender a terra em que vivem, uniu as diferentes “raças”. Esse parágrafo também permite pensar a relação que o autor cria para esses diferentes grupos, a luta contra os flamengos teria sido liderada por João Fernandes Vieira, português, portanto, segundo as teorias do mesmo autor o representante da “raça” branca. Este entrou na luta por uma solicitação de André Vidal de Negreiros, brasileiro e recebeu auxílio dos indígenas liderados por Antonio Felipe Camarão e dos negros liderados por Henrique Dias. Embora haja um reconhecimento da importância de todos esses grupos na luta pela defesa da pátria, há, nessa apresentação do autor, uma reafirmação da hierarquia existente entre essas “raças”, os brancos lideram, os demais pedem auxílio ou dão ajuda.

Ao concluir o processo a narrativa sobre o processo de exclusão dos holandeses o autor afirma que: “não fora o patriotismo nascente dos brasileiros e de seus colaboradores na mesma fé, teríamos parte do Brasil, senão todo ele, definitivamente, sob o julgo flamengo.”⁴³ Assim, na obra de Afrânio Peixoto, o sentimento de pertencimento à pátria começa a ser construído a partir das lutas de expulsão dos estrangeiros.

Ideias muito parecidas com as defendidas por Afrânio Peixoto aparecem na obra de Rocha Pombo. Esse autor dedica três capítulos para tratar das invasões dos estrangeiros e um quarto para tratar do surgimento do sentimento de pátria. Para Rocha Pombo a cobiça dos estrangeiros se dá pelas riquezas que a América oferecia aos europeus. Os primeiros a tentar ocupar o Brasil ainda no século XVI foram os franceses, em todas as tentativas eles foram expulsos pelos governantes locais.

Para tratar das invasões holandesas o autor começa argumentando que estes, vendo o Brasil sob domínio espanhol acreditaram que seria mais fácil a ocupação de parte do território, já que o rei da Espanha parecia não fazer muito caso, em seguida ele mostra que os holandeses estavam em parte equivocados:

Mas enganaram-se, porque os próprios colonos defenderam a terra, mesmo sem auxílio.

⁴³ Idem. p. 106.

E era isso natural, porque eles aqui tinham já a sua nova pátria, pela qual tantos deles deram a própria vida.⁴⁴

Nessa passagem é possível perceber que, segundo o autor, no momento em que o Brasil foi atacado pelos estrangeiros, os homens que aqui viviam já possuíam um sentimento de pátria e estavam dispostos a se sacrificar por ela, colocando em prática um dos elementos centrais do patriotismo para esses autores.

Assim como Afrânio Peixoto, Rocha Pombo defende que a luta contra os holandeses foi um empreendimento promovido pela junção das três “raças” que viviam no Brasil:

As três raças que tinham povoado o Brasil ali estiveram sempre aliadas contra aqueles usurpadores. Entre os chefes estavam André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, que eram brancos; Henrique Dias, guerreiro negro, e Camarão, um índio destemido.

Os lances daquela guerra, como as batalhas dos Guararapes e outras, mostraram que os colonos já eram capazes de defender a terra que era sua.⁴⁵

O tema das três raças aparece nesses parágrafos, mais uma vez construindo a hierarquia entre elas. Nesse caso ela aparece não só pela ideia de que os líderes do movimento eram brancos, mas também pela forma como são apresentadas as lideranças de cada “raça”, no caso de Felipe Camarão, nem há a identificação de todos os nomes do personagem histórico, apenas o reforço de uma característica que anteriormente já teria sido apresentada como própria de sua “raça”.

Entretanto, é no capítulo seguinte que o texto de Rocha Pombo se volta para tratar diretamente da questão que envolve o patriotismo. O título do capítulo é “Sentimento de pátria”. O autor inicia o capítulo descrevendo o sentimento dos primeiros colonos que vinham para a América, segundo o autor, eles vinham em busca de fortuna e conseguindo isso voltavam para “gozá-la tranquilamente na sua pátria.” Mas com o tempo, continua Rocha Pombo, esse sentimento teria mudado, o colono percebe que tinha a mesma sociedade que deixara lá na Europa e que a vida no Brasil era muito mais feliz do que lá. Para o autor, o motivo principal para construir o sentimento de pátria foi: “para que os colonos ficassem querendo esta nova pátria mais que a antiga, foi o trabalho que ela lhes custou, para impedir que entrassem aqui estrangeiros.”⁴⁶ Essa luta não teria sido uma luta para proteger

⁴⁴ POMBO, Rocha. Op. Cit. p. 64.

⁴⁵ Idem. p. 66.

⁴⁶ Idem. p. 69.

algo pertencente à Coroa portuguesa, mas para defender a terra que esses homens já estavam tendo um sentimento de pertencimento.

O resultado da guerra contra os estrangeiros para Rocha Pombo foi justamente a formação da noção, desenvolvida pelos colonos, de pertencerem a uma pátria diferente da de Portugal, como ele coloca no último parágrafo do capítulo: “É assim que esta terra passou a ser para eles a sua nova pátria, mais amada que a pátria antiga.”⁴⁷ Essa relação entre pátria nova e antiga contribuiu para o desenvolvimento do sentimento de liberdade entre os novos patriotas.

3.3.3. Luta contra a opressão

Se a pátria e o sentimento de pertencer a uma pátria se formam na luta contra aqueles que são considerados estrangeiros, o desenvolvimento do sentimento patriótico despertaria, nos homens que aqui viviam, uma vontade de se ver livre dos domínios de homens não mais considerados seus compatriotas. Nessa parte do texto analiso como os autores, por caminhos diferentes, desenvolvem a ideia de que o sentimento de pátria contribuiu para o desejo de autogoverno no Brasil e acabam por acirrar a oposição de interesses entre os colonos e os portugueses.

Os autores de *A Pátria Brasileira* demonstram essa oposição de interesse entre portugueses e paulistas no evento de aclamação de Amador Bueno. Para começar a explicar os movimentos que levaram a população paulista a aclamar esse personagem rei dos brasileiros, os autores apresentam as divergências de interesses entre os paulistas e os jesuítas no que dizia respeito à escravidão dos indígenas. Os primeiros praticavam e defendiam o trabalho e o comércio de escravos indígenas, enquanto os religiosos se opunham a tal prática. Essa oposição de interesses que gera uma insatisfação grande dos paulistas.

Para agravar ainda mais tal disputa os autores alertam para outro fator:

Além disso, na alma daquele povo altivo, que tão grande parte, muitos anos mais tarde, devia tomar na grande obra da libertação da pátria, havia já o desejo nobre de se libertar de um jugo que começava a pesar. Não era uma ideia assentada e precisa de emancipação: era uma ideia vaga, uma ambição indecisa.⁴⁸

⁴⁷ Idem. p. 70.

⁴⁸ BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. Op. Cit. p. 136.

Nesse trecho destacam-se dois pontos principais. Primeiro a ideia de que a sujeição aos portugueses começa a pesar para os colonos paulistas. Segundo que, despertado o sentimento de pertencer a outra pátria que não a portuguesa, os colonos começam a nutrir o desejo de emancipação, sair desse jugo português. Esse desejo estaria germinando de forma ainda não muito clara no movimento de aclamação de Amador Bueno.

Os acontecimentos contingenciais que levaram à aclamação por parte dos paulistas foi a coroação de D. João IV em Portugal, agravando o descontentamento da população paulista e os gritos de “Viva nosso rei, Amador Bueno!”. O desfecho dessa história é que o próprio Amador Bueno, por medo de uma repressão violenta dos portugueses, não aceitou o cargo que o povo lhe oferecia.

O mesmo evento é narrado por Afrânio Peixoto, dando um destaque bem menor, ele resume os acontecimentos em um parágrafo. Sem explorar as mesmas questões que Bilac e Netto, como a exploração da mão de obra do indígena e a oposição de interesses entre os colonos e os portugueses, Peixoto se restringe a relacionar o movimento à aclamação de D. João em Portugal e finaliza o parágrafo argumentando que a ideia de ter um rei próprio, ou seja, um autogoverno, embora não tenha tido sucesso naquele momento, “havia de vingar”.⁴⁹ Assim, em *Minha Terra e Minha Gente* a aclamação de Amador Bueno também aparece como a origem de um movimento de independência.

Se para Olavo Bilac e Coelho Netto a aclamação de Amador Bueno foi um movimento originário do sentimento de autonomia dos colonos, a “guerra dos Mascates foi, verdadeiramente, a primeira explosão séria dos sentimentos de *nativismo*, que começava a agitar a alma da nova nação.”⁵⁰ Tal movimento, como aponta os autores, foi originado por disputas comerciais e agravados pela rivalidade de “raça” – os portugueses comerciantes de Recife, contra as “ricas e fidalgas famílias brasileiras” que habitavam Olinda. No desenrolar da narrativa os autores destacam que os brasileiros chegam a vencer algumas batalhas e procuram emancipar-se completamente do domínio português, mas os de Recife conseguem aumentar a sua força e acabam saindo vitoriosos. No desfecho dos acontecimentos os autores citam a figura do novo governador de Pernambuco e destacam a sua

⁴⁹ PEIXOTO, Afrânio. Op. Cit. p. 130-131.

⁵⁰ BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. Op. Cit. p. 159

figura de pacificador e promotor de uma bárbara vingança contra os olindenses - prisões e degredo.

Esse episódio traz alguns aspectos importantes a serem discutidos a respeito da luta pela emancipação empreendida pelos brasileiros. A guerra dos Mascates aparece como a primeira explosão séria dos sentimentos de nativismo, diferenciando-se da aclamação de Amador Bueno, que não passou de um desejo da população paulista. Nesse evento os homens da nova “raça” teriam pegado em armas para lutar por seus interesses e sua liberdade. Segundo aspecto a ser analisado é a própria ideia de agravamento de diferença de “raças”, uma antiga, a dos portugueses e outra nova, os brasileiros. Essa diferença de “raça” teria agravado as rivalidades econômicas entre os comerciantes e os senhores de engenho. Por fim, um terceiro aspecto aparece, a forma como a Coroa portuguesa passa a tratar os colonos que lutassem por liberdade, ou seja, o agravamento da opressão e da violência, o novo governador puniu severamente, com uma “vingança bárbara” os olindenses.

Embora a guerra dos Mascates não seja citada nas outras duas obras, os aspectos levantados por Bilac e Netto aparecem dentro do movimento que leva ao acirramento de tensões entre portugueses e brasileiros. Essa nova relação entre essas “raças” leva ao tema da opressão, tal tema aparece nas três obras como a forma violenta com que os portugueses governam os brasileiros.

Na obra *A Pátria Brasileira* os autores estabelecem uma relação direta entre a opressão e o sentimento de orgulho que crescia entre os brasileiros.

Não quiseram os donos do país ver que já estavam governando, não tribos errantes e brutas, mas um povo que sabia compreender o valor do seu esforço. Quanto mais crescia a altivez da nova raça, mais crescia a opressão da raça antiga. [...]

Era, principalmente, nos terrenos diamantinos e auríferos, que a opressão mais pesadamente caía sobre os brasileiros. Os quintos do ouro eram cobrados com uma dureza revoltante. Ninguém se podia eximir do dever de ficar pobre, para enriquecer a metrópole.

Em todos os outros pontos do país, a opressão era a mesma. Os tribunais portugueses davam invariavelmente razão aos colonizadores e negavam-na aos colonos. E a metrópole não via que o mesmo excesso da sua tirania tinha de arruiná-la.⁵¹

Nesse trecho do capítulo intitulado “A opressão” é possível perceber que o sentimento de pátria e orgulho de pertencer a essa pátria aparece na origem do

⁵¹ Idem. p. 172-173.

processo de luta contra a opressão, essa aumentada justamente no momento em que os portugueses percebem que governam um povo que sabe reconhecer o seu valor. O que é possível destacar do é que o sentimento de pátria nutrido pelos colonos leva os portugueses, junto com os seus interesses econômicos, a tratar os colonos com opressão, seja na cobrança de impostos ou no exercício da justiça.

Ao tratar da relação entre a opressão e a luta pela liberdade, Afrânio Peixoto apresenta o seguinte argumento:

A riqueza da terra que Portugal explorava com um apertado monopólio de comércio e pesados tributos ao ouro e às produções do país incitariam sérias reclamações e pensamentos de revolta, tanto mais que brasileiros educados, das classes superiores, e outros que viajavam na Europa e na América do Norte, recebiam o influxo das ideias novas e liberais, em circulação no fim do século XVIII.⁵²

Nesse trecho é possível perceber o autor argumentando de forma diferente dos autores de *A Pátria Brasileira*. Para Peixoto é a forma como os portugueses governavam que geraria a insatisfação da população local, gerando reclamações e revoltas. Junto com esse comportamento dos governantes portugueses tinham as ideias novas e liberais, que contribuíam para o questionamento da opressão.

O autor que mais tratou desse tema da opressão dos governos de Portugal com os brasileiros foi Rocha Pombo. Ele dedica três capítulos seguidos para apresentar a forma pela qual o rei governava o Brasil, os abusos cometidos por esse governo e como os colonos foram se ressentindo do rei.

Rocha Pombo começa argumentando que no século XVIII o Brasil era mais rico que Portugal e a política praticada pelo governo português era extremamente injusta com os colonos, já que esse via suas posses na América apenas como um local para a retirar riquezas. Para isso o rei mantinha o seu monopólio sobre diversas mercadorias e cobrava pesados impostos. O tratamento que o rei dava aos seus colonos é apresentado no trecho a seguir:

Quando o rei viu que o Brasil ia se adiantando, e que os brasileiros se faziam ricos e fortes, começou a desconfiar deles e, então, foi apurando as coisas, de modo a trazê-los sempre sujeitos a uma completa obediência. [...]

E o rei dava sempre razão aos seus vassallos nascidos lá, porque nestes é que mais confiava.

O resultado de tudo isso foi ficarem os colonos, pouco a pouco, prevenidos contra os funcionários e os soldados, e até contra o próprio rei. Muitas vezes se revoltavam.⁵³

⁵² PEIXOTO, Afrânio. Op. Cit. p. 131.

⁵³ POMBO, Rocha. Op. Cit. p. 83.

Nessa passagem é possível perceber que Rocha Pombo defende que quanto mais adiantados e ricos os brasileiros ficavam, maior era a opressão praticada pelo rei de Portugal. Outro aspecto importante é o autor reafirma a diferença entre os vassallos nascidos no reino e os nascidos no Brasil. Para o autor, os primeiros eram sempre favorecidos e para controlar os brasileiros o rei aumenta gradativamente o número de funcionários reais presentes na América, principalmente soldados, isso fazia com que os colonos se revoltassem. Dentro da argumentação de Rocha Pombo é possível perceber que a revolta dos colonos é uma reação aos tratamentos que recebem dos portugueses e principalmente do rei.

Todas essas três argumentações a respeito da opressão e do tratamento por vezes violento que os autores dão, vem antes deles começaram a tratar efetivamente dos acontecimentos que tentaram libertar o Brasil dos domínios de Portugal. Há uma diferença entre essas argumentações. Enquanto Olavo Bilac e Coelho Netto defendem que a altivez e orgulho dos brasileiros eram o que leva o rei de Portugal a tomar atitudes mais repressivas, nas obras de Afrânio Peixoto e Rocha Pombo o movimento é inverso, são as atitudes repressivas de Portugal, motivadas entre outros fatores pelos interesses da metrópole em explorar economicamente a colônia, que levam os colonos a se rebelarem.

Após tratarem do tema da opressão os autores seguem e apresentam alguns dos movimentos de luta dos brasileiros contra o domínio português. Afrânio Peixoto é o mais econômico nesse aspecto, trata apenas da “Conspiração Mineira de 1789”. Sobre ela ele identifica os grupos sociais que participaram desse movimento, destaca a figura de Tiradentes e em seguida informa como que esse movimento não deu certo em função da denúncia de um dos conjurados. Para finalizar ele salienta que a violência com a qual a justiça portuguesa tratou os envolvidos no movimento, especialmente Tiradentes, já denunciava o temor que os portugueses tinham dos brasileiros.

Em *A Pátria Brasileira*, os autores, que começaram a tratar o tema da opressão ao apresentarem a guerra dos Mascates e o “Bequimão”, tratam separadamente os movimentos mineiros do século XVIII. Começam com a rebelião de Felipe dos Santos em Vila Rica. Nela os autores destacam a rebelião ou motim dos colonos contra as cobranças abusivas de impostos. Importante que todo esse movimento foi narrado a partir do momento em que a condenação de Felipe dos Santos seria aplicada, da construção do cenário para tal sacrifício os

autores começam a explicar os motivos que levaram a tal pena, condenam a violência e opressão da Coroa. Para encerrar a narrativa sobre tal rebelião os autores defendem que Felipe dos Santos é o precursor de Tiradentes, segundo eles: “Daí a poucos anos, tinha de aparecer na mesma terra, outro herói: a causa da liberdade nacional precisava de mais sangue.”⁵⁴ Importante destacar como que os autores tratam a luta contra a opressão como a luta pela liberdade nacional, diferente dos outros autores que relacionam essas lutas com elementos mais contingenciais.

Rocha Pombo ao tratar da forma como os colonos foram mostrando seu ressentimento com o rei começa apresentando a revolta de Beckman, em seguida a guerra dos Mascates e a revolta de Felipe dos Santos em Vila Rica. Desses três movimentos o autor faz uma apresentação muito breve. Nos dois primeiros ele destaca as motivações econômicas que levaram os colonos a se rebelarem. Com relação à rebelião de Felipe dos Santos ele apresenta diretamente as consequências e a pena sofrida pelo protagonista de tal rebelião.

Por fim, Rocha Pombo trata, no mesmo capítulo que as anteriores, da “Inconfidência ou Conjuração Mineira”. Ele faz uso desses dois termos para tratar do movimento mineiro de 1789, entretanto não há qualquer problematização em torno desses termos. Com relação à Conjuração Mineira o autor destaca os seguintes pontos: motivação inicial foi em decorrência da cobrança forçada das arrobas de ouro anual; a “gente principal” da capitania concordou em expulsar o governador; ao descobrir da conspiração antes que ela ocorresse o governador mandou prender processar todos os envolvidos; um dos envolvidos, Tiradentes, foi enforcado em praça pública. Assim como nos outros movimentos a questão econômica prevalece a todas as outras. Não há qualquer menção a entrada de ideias liberais ou ideias do século XVIII que teriam inspirados os homens envolvidos nesse movimento. Os agentes históricos também não são bem identificados, são apenas identificados como “a gente principal da capitania”. Os dois últimos parágrafos são dedicados a exaltar a figura de Tiradentes e colocá-lo como herói e exemplo de amor à Pátria.

Diferente de Rocha Pombo, a dupla Olavo Bilac e Coelho Netto tratam a Inconfidência Mineira a partir da influência que ela recebeu do exterior. O

⁵⁴ BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. Op. Cit. p. 180.

primeiro aspecto que procuram destacar no seu texto e a forma como eles começam a narrativa com o argumento de que moços brasileiros que estudavam em Coimbra começam a nutrir a ideia de tornar o Brasil independente. Eles continuam o texto argumentando que com a chegada de dois “ilustres brasileiros”, Domingos Vidal Barbosa e José Alvarenga Maciel, os que sonhavam com a liberdade passaram a ter novo fôlego. Somente após essa explicação os autores tratam da cobrança da derrama. Em seguida eles listam outros membros do movimento, entre eles Tiradentes. Prosseguindo na narrativa, eles explicam os motivos pelos quais o movimento não deu certo e o processo de prisão e julgamento dos envolvidos. Para finalizar eles argumentam que Tiradentes foi o único que teve a pena capital executada por ter sido entendido pelos juízes como “o cabeça” do movimento. Concluem que essa teria sido a primeira tentativa de independência da pátria. O capítulo seguinte é dedicado na íntegra para tratar do martírio de Tiradentes.⁵⁵

Uma questão que deve ser colocada para pensar todas essas argumentações a respeito do processo de formação da pátria e da luta pela sua independência é a respeito da intenção dos autores em construir essas narrativas para os seus leitores. Acredito que a importância vista por esses autores em narrar a formação da pátria, desde a ocupação do território, passando pela constituição de um sentimento em comum de amor à pátria até o momento de luta para que essa pátria seja livre é buscar construir nos seus leitores o sentimento de pátria a partir de sua história e mostrar um passado glorioso, com sacrifícios e lutas. Dar aos seus leitores motivos para se orgulharem de viver no Brasil e eventos dos quais eles possam se espelhar. Considerando que um dos objetivos gerais de todas as obras era formar e nutrir o sentimento de amor à pátria, necessário a um mundo em que era comum a dominação de um povo sobre o outro, essa preocupação dos autores pode representar a necessidade de se construir um ideal de soberania para o Brasil que deveria ser mantida.

3.4. Aqueles que fizeram a pátria

⁵⁵ O capítulo sobre o martírio de Tiradentes será abordado mais adiante na parte sobre os heróis nacionais.

Uma das características comum das histórias pátrias que aparecem nos livros de leitura é o destaque que se dá à figura de alguns personagens históricos. Nessa quarta parte do capítulo pretendo analisar como que os autores construíram a imagem de alguns personagens históricos, elegendo alguns heróis no processo de formação da pátria. Considerando que uma das funções dessas obras era a formação moral e cívica dos seus leitores, muitos desses personagens são usados como exemplos a serem seguidos pelas gerações futuras no que diz respeito aos seus valores morais e sua dedicação e sacrifícios à pátria.

A seleção dos homens que teriam, segundo esses livros de leitura, prestado grandes serviços a pátria esbarra num primeiro problema: exceto a figura de Tiradentes, não há nenhum outro personagem que seja exaltado nas três obras, todos os demais só aparecem em duas ou em uma obra. Tal aspecto já é um indicativo da preponderância que a figura heroica de Tiradentes possuía para os autores que se propunham a escrever uma história pátria no período republicano.

A figura de Tiradentes é uma unanimidade entre esses autores de livros de leitura. Na obra de Olavo Bilac e Coelho Netto a figura desse personagem é construída em um capítulo chamado “O martírio de Tiradentes”, capítulo seguinte ao que trata da Inconfidência Mineira. Os autores iniciam o capítulo narrando os preparativos para a execução de Tiradentes, logo no primeiro parágrafo os autores afirmam que:

Toda a tropa em armas, os infantes e os cavalarianos, pareciam estar prestando homenagem ao que ia morrer; as cartucheiras estavam abarrotadas para que não se atrevesse alguém a defender o réu de tão nefando crime.⁵⁶

Nesse trecho podemos perceber dois pontos iniciais. Primeiro a ideia de que até os membros das tropas estariam se rendendo ao ato de coragem de Tiradentes, permitindo entender logo de início que o processo de execução era algo injusto. Segundo as tropas estavam preparadas para conter qualquer tipo de manifestação a favor de Tiradentes, ou seja, haveria pessoas no momento que tendo consciência da injustiça que estava prestes a ser cometida poderia tentar conter tal execução, com isso, pode-se entender que as ideias de Tiradentes eram compartilhadas por outros homens da sociedade.

Um pouco mais adiante na narrativa os autores apresentam a figura de Tiradentes: “Vinha sereno e altivo: a morte não lhe arrefecera o ânimo nem lhe

⁵⁶ Idem. p. 200.

desmaiara a cor do rosto amorenado.”⁵⁷ No parágrafo seguinte eles complementam:

Um sacerdote ouvi-o, dando-lhe a beijar o crucifixo; e quando o carrasco, revestindo-o da alva, lhe pediu perdão da morte, o mártir, meigo e sereno, disse: “- Oh! meu amigo! Deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés: também o nosso Redentor morreu por nós.” E sem mais palavras, com os olhos pregados no crucifixo, entregou-o ao algoz.⁵⁸

Nesses dois trechos temos a apresentação da figura de Tiradentes e o comportamento dele perante o seu sacrifício. Primeiro elemento a destacar é a construção de um personagem destemido da própria morte, diante dela ele consegue manter a calma e seus princípios. Segundo é o paralelo que os autores constroem entre a figura de Tiradentes e a de Jesus. O texto mostra que ambos teriam morrido para livrar os homens de algum mal, ambos teriam sacrificado a sua vida pelo próximo. Fazem uma aproximação da figura de um mártir da nação com princípios religiosos eminentemente cristãos.

Com esse martírio, os autores de *A Pátria Brasileira* constroem uma imagem santificada de Tiradentes. Nesse sentido eles aproximam o culto à pátria como um culto religioso, de adoração, onde há rituais de sacrifício, santos e símbolos a serem cultuados e reverenciados.

Para finalizar o capítulo os autores estabelecem uma relação entre o sacrifício de Tiradentes e a República.

Mas as gotas de sangue do herói não caíram em terreno estéril, porque a árvore de sacrifícios se fez árvore de redenção, e a República é o fruto da semente de martírio lançada à terra nessa manhã de Abril.⁵⁹

Após construírem a imagem do sacrifício de Tiradentes próximo ao sacrifício religioso praticado por Cristo os autores concluem o capítulo construindo a ideia de que a árvore que daria como fruto principal a República tinha começado a germinar a partir de tal sacrifício. Eles estabelecem uma continuidade entre o passado e o presente.

De forma um pouco mais econômica Rocha Pombo também relaciona a figura de Tiradentes com o cristianismo. Após tratar do desfecho da Inconfidência Mineira o autor destaca que apenas Tiradentes foi condenado a forca e em seguida caracteriza o personagem a seguinte forma:

⁵⁷ Idem. p. 201.

⁵⁸ Idem. p. 202.

⁵⁹ Idem. p. 202.

Este é um dos mais dignos entre os que figuram na nossa história como exemplos de amor à Pátria.

Soube ele morrer como um verdadeiro herói, amaldiçoando com o seu silêncio, a sua coragem e a sua resignação cristã, aquela tirania que pesava sobre os povos da colônia como uma grande mão de ferro.⁶⁰

Nesse trecho podemos perceber a figura de Tiradentes como herói nacional. Ele colocado como um dos mais dignos da história pelo amor que dedicou à pátria, chegando a sacrificar sua própria vida. Sua coragem e resignação cristã são os meios pelo qual ele consegue denunciar toda a opressão praticada por Portugal contra a colônia.

Ainda mais econômico que Rocha Pombo, Afrânio Peixoto dedica poucas linhas para tratar de Tiradentes, a primeira apresentação desse personagem é feita no momento em que o autor trata dos inconfidentes que foram aprisionados. Nesse momento ele caracteriza Tiradentes como “a alma do movimento, patriota ingênuo e abnegado, que viera de Minas aliciar elementos para a revolução.”⁶¹ Nesse trecho é destacado a figura de Tiradentes como patriota dedicado à libertação da pátria. Em seguida, Afrânio Peixoto destaca a sua sobriedade e coragem diante do sacrifício: “exceto o Tiradentes que sofreu a forca, a 21 de abril, no Rio de Janeiro, portando-se, até o fim, com dignidade e sobrançeria.”⁶² Podemos perceber que a diferença maior na forma de abordar a figura de Tiradentes ocorre na obra *A Pátria Brasileira*, na qual há um destaque maior para cristianização da figura de Tiradentes e uma relação direta entre o seu sacrifício e o governo republicano. Nas outras duas obras o destaque recai mais sobre os seus atributos de coragem e heroísmo. Essa diferença pode dizer um pouco a respeito do momento em que essas obras foram escritas. *A Pátria Brasileira* teria sido elaborada no final do século XIX, momento ainda de consolidação da República, onde novos símbolos estavam sendo criados para legitimar o novo governo, daí potencializar a glorificação de um personagem que é relacionado à República. Já as obras *Nossa Pátria* e *Minha Terra e Minha Gente* procuram dar uma ênfase maior na imagem do patriota disposto a se sacrificar pela pátria sem arrependimentos ou medo. No contexto de produção dessas duas obras a necessidade de fomentar o patriotismo era maior que o de legitimar o novo regime político.

⁶⁰ POMBO, Rocha. Op. Cit. p.86.

⁶¹ PEIXOTO, Afrânio. Op. Cit. p. 132.

⁶² Idem. p. 132.

Como vimos, a imagem de Tiradentes estava sendo construída como a de um herói nacional e símbolo do republicanismo. Outra figura histórica de destaque nas obras é a do imperador D. Pedro II. Diferentemente do primeiro ele não é posto como herói nacional, mas seria uma figura de destaque pelo seu caráter individual.

Das três obras analisadas o maior elogio feito à D. Pedro II vem das palavras de Rocha Pombo.

D. Pedro II começou a governar ainda muito jovem: não tinha mais que uns quinze anos. Mas, desde essa idade, mostrou bom senso, amor da pátria e sentimento de justiça, que fizeram dele um dos melhores monarcas do seu tempo. Era, além disso, muito caritativo, sustentando à sua custa muitos órfãos e viúvas. Foi ainda muito amigo e protetor das artes, das letras e das ciências, dando pensões, também do seu bolso, a muitos rapazes pobres que desejavam estudar e não podiam.

Tornou-se, assim, D. Pedro II muito querido e respeitado.⁶³

É com essas palavras que Rocha Pombo abre o capítulo que trata do governo de D. Pedro II, um monarca patriota, com senso de justiça e amante das artes. Esses são aspectos do imperador que aparecem em outras obras.

No primeiro parágrafo de apresentação do imperador D. Pedro II, Afrânio Peixoto o define apenas com aspectos positivos da seguinte maneira: “Foi um rei sábio, honesto, justo e liberal.”⁶⁴ No decorrer do texto ele aproveita para apresentar os principais acontecimentos do seu governo, entre eles destacam-se o controle de várias rebeliões e a Guerra do Paraguai. O governo de D. Pedro II é definido da seguinte forma: “No reinado de D. Pedro II a justiça e a instrução foram as preocupações maiores do monarca: não lhe será demais por isso o louvor.”⁶⁵ Assim, alguns aspectos destacados por Rocha Pombo são reforçados na obra de Afrânio Peixoto.

Diferentemente de Peixoto e Pombo, a dupla Olavo Bilac e Coelho Netto não investem em qualquer elogio ao governo ou à figura de D. Pedro II. Os autores de *A Pátria Brasileira* dedicam um capítulo inteiro para narrar os principais acontecimentos do segundo reinado, sem dar qualquer destaque à figura do imperador como protagonista dos acontecimentos.

Novamente o momento em que as obras foram escritas podem ter influenciado na escolha dos autores de tratarem ou não do Imperador. *A Pátria*

⁶³ POMBO, Rocha. Op. Cit. p. 110.

⁶⁴ PEIXOTO, Afrânio. Op. Cit. p. 163.

⁶⁵ Idem. p. 165.

Brasileira escrita poucos anos após a proclamação da república tende a ocultar qualquer feito do monarca. Já as duas obras produzidas na segunda década do século XX, onde o governo republicano já estava consolidado, não ficam inibidos de destacar as qualidades do monarca, ainda mais que essas qualidades se restringem a aspectos pessoais do monarca, são traços do seu caráter individual, o que não qualificava a monarquia, mas permite os seus leitores conhecerem as características positivas que deveria ter um governante.

Outro personagem que teve destaque nos livros de leitura foi José Bonifácio de Andrada e Silva. Ele aparece em duas obras – *A Pátria Brasileira* e *Nossa Pátria* – e especialmente na segunda ele é apresentado como o criador de um povo. Afrânio Peixoto não dá qualquer relevância a esse personagem, na narrativa relativa ao processo de independência do Brasil ele acaba dando maior relevância aos desentendimentos de D. Pedro I com as Cortes portuguesas e sua tentativa de recolonizar o Brasil. Assim, na obra *Minha Terra e Minha Gente* não houve menção a um patriarca fundador do povo brasileiro.

Um discurso bem distinto desse vemos na obra de Rocha Pombo. Nela a independência e a figura de José Bonifácio recebem lugar de destaque logo no início do texto, após um primeiro capítulo construindo a ideia de pátria e o segundo apresentando os símbolos da pátria como a bandeira, ele dedica mais dois capítulos introdutórios para exaltar o patriotismo em seus leitores. Um tratando da independência e outro da figura de José Bonifácio. Em seguida ele começa a narrativa histórica linear de sua obra.

Para ele, a independência é o fato mais notável de nossa história. Nesse capítulo introdutório ele não trata do processo de independência, mas aproveita para defender a importância da independência e soberania nacional e exaltar o sentimento patriótico que emergiu do povo brasileiro no momento da independência. No capítulo seguinte ele constrói a imagem de José Bonifácio como um destaque entre os “muitos homens notáveis que se puseram a frente do povo tomando a causa da pátria.”⁶⁶

Nos parágrafos seguintes o autor apresenta as origens e formação de Bonifácio destacando o tempo de sua vida que dedicou aos estudos no Brasil e em muitos outros países da Europa. Em seguida ele é colocado como o defensor da

⁶⁶ POMBO, Rocha. Op. Cit. p. 13.

pátria de seus avós – Portugal – no momento em que esse país foi invadido pela França. Justamente por essa invasão é que Bonifácio volta ao Brasil junto com a família real portuguesa. Rocha Pombo chega a argumentar que pareceu providência a vinda de Bonifácio naquele momento, no qual os brasileiros queriam fazer a independência, mas precisavam de um grande homem que os guiasse.

Em seguida Rocha Pombo começa a construir o papel de Bonifácio no processo de independência. A relação com D. Pedro, jovem que necessitava de alguém para lhe aconselhar, permitiu que Bonifácio, nesse momento descrito como: “glorioso velho, que já era um sábio conhecido no mundo”⁶⁷, tivesse o papel de formador de um povo.

Rocha Pombo dedica os parágrafos finais desse capítulo para exaltar o culto a esse patriarca que entre os antepassados é o que “deve estar mais vivo em nossos corações.”⁶⁸ Em seguida ele termina o capítulo argumentando que o monumento feito em homenagem aos Andradas em Santos é uma relíquia para os brasileiros e merecem um respeito religioso. Por fim, ele argumenta que a visita a esse monumento gera um sentimento de veneração e orgulho. Nesse ponto o autor mais uma vez aproxima a relação entre o culto à pátria do culto religioso.

Na obra de Olavo Bilac e Coelho Netto a apresentação de José Bonifácio é um pouco mais discreta, entretanto, não deixa de ser elogiosa. No capítulo que trata do processo de independência os autores colocam José Bonifácio como o mais ilustre de um grupo de “patriotas esclarecidos” que teriam sido contratados pelo príncipe D. Pedro para tratar dos assuntos públicos após o retorno de D. João VI para Portugal. Ao destacar Bonifácio desse grupo eles o chamam de “grande cidadão”. Considerando cidadão um termo próprio de regimes republicanos, diferente do que se tinha no Brasil contemporâneo a José Bonifácio, esse título pode ter sido utilizado pelos autores para destacar os atributos necessários para uma figura que serviria de exemplo para jovens e futuros cidadãos.

Tal termo pode ter sido para traçar uma diferença em relação a D. Pedro e seu governo. Bonifácio, como aquele que não se rendeu ao despotismo do primeiro imperador brasileiro. A imagem de imperador absoluto de D. Pedro I é

⁶⁷ Idem. p. 14.

⁶⁸ Idem. p. 14.

reforçada dois capítulos a diante, quando os autores trazem a seguinte relação entre o imperador e Bonifácio no momento da dissolução da Assembleia constituinte:

Desterrado José Bonifácio, o Imperador castigava aquele que mais serviços lhe prestara. O grande brasileiro, patriarca da Independência, começava a sofrer as consequências da credulidade, que o levava a confiar no constitucionalismo de um filho de reis absolutos.⁶⁹

Nesse fragmento percebemos a reafirmação da ideia de que Bonifácio foi um grande brasileiro e o patriarca da Independência. Outro ponto a destacar do posicionamento político de Bonifácio é a sua luta contra a tirania do Imperador que tem como consequências a perda do direito de viver em sua pátria. Desse trecho é possível perceber a defesa de figuras que tenham lutado pela liberdade e pela legalidade dos governos contra a tirania e opressão.

Muitos outros personagens são destacados separadamente em cada obra. Em a Pátria Brasileira vemos a exaltação de figuras como o jesuíta José de Anchieta que, segundo os autores, dos que vieram ao Brasil foi o que mais luminosos traços deixou na sua passagem. Outro religioso citado como ilustre foi o Padre Antonio Vieira, destacando-se pela luta contra a escravização dos indígenas, os autores exaltam não só esse valor que dava a liberdade, mas também a sua dedicação aos estudos. Outros personagens exaltados são Estácio de Sá e Manuel Backman, ambos se destacando pelo sacrifício que fizeram em nome da terra em que viviam. Estácio de Sá é descrito como o grande fundador do Rio de Janeiro, como o herói que deu seu sangue de guerreiro ilustre para livrar a cidade dos invasores estrangeiros. Já Manuel Backman se destaca pela liderança da revolta do “Bequimão”, ocorrida no Maranhão no final do século XVII. Destaca-se pela luta a favor do seu povo que estava insatisfeito com os mandos da Coroa portuguesa na região. Ao narra a cena da morte de Backman os autores afirmam que ele subiu ao patíbulo com a calma de herói e disse que pelo Maranhão dava satisfeito a vida.

Na obra de Rocha Pombo o destaque é dado a outros personagens. O primeiro a aparecer na narrativa histórica é D. Henrique, considerado pelo autor como uma das maiores figuras históricas dos tempos modernos. Segundo Pombo, ele foi um grande homem para os portugueses e em função do seu amor a pátria tornou-se condutor de seu povo. Outro que serve de exemplo para os leitores de

⁶⁹ BILAC, Olavo e NETTO, Coelho. Op. Cit. p. 237.

Nossa Pátria teria sido Diogo Feijó. Mesmo de origem humilde e rejeitado pelos pais ele conseguiu, “pela sua bondade e pelo seu amor aos estudos e trabalho”⁷⁰, ser querido de todos e ocupar o cargo mais elevado de sua pátria. Por fim, Rocha Pombo dá como exemplo o Barão do Rio Branco. Portador de inteligência e grande alma que apresentou a grandiosidade do Brasil para o mundo.

Comparando as escolhas feitas pelos autores para apresentar os homens que teriam contribuído de forma positiva para o crescimento da pátria e servirem de exemplo as novas gerações, é possível perceber mais diferenças que semelhanças. Primeira é a proposta de Afrânio Peixoto, que se distingue totalmente das outras duas. De fato o autor se esforça e consegue fazer ao máximo aquilo que propusera na introdução de sua obra – não se dedicar aos elogios exagerados. Acredito que esse é o motivo pelo qual ele não se atem a personagens históricos no sentido de exaltá-los, procura explicar os acontecimentos e dedicar menos espaço para adjetivos baratos que definam ou qualifiquem as atitudes dos homens. Nas obras de *Nossa Pátria* e *A Pátria Brasileira* a seleção de personagens históricos a serem destacados são dissonantes, assim como os motivos pelos quais eles são destacados. Assim, podemos afirmar que exceto no caso de Tiradentes, todos os outros exemplos a serem seguidos não seguem um padrão.

Com essa análise das representações e aspectos do passado brasileiro que foram tratados nos livros de leitura é possível afirmar que eles compartilhavam de um repertório de temas, abordagens e personagens históricos. Entretanto, as abordagens feitas pelos autores eram diversas. A relação que cada um estabeleceu com esses aspectos do passado brasileiro eram próprios de cada obra. Assim, podemos afirmar que a cultura histórica que circulava nos livros de leitura do início do século deve ser pensada justamente a partir dessas diversidades, pois são elas que fornecem aos leitores desses livros os instrumentos com os quais eles vão construir sua própria representação e compreensão do passado.

⁷⁰ POMBO, Rocha. Op. Cit. p. 106